

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.3.3.3.04.2.0	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas relativas à cessão do direito de uso de radiofrequência para qualquer fim, inclusive multas e indenizações. Essa natureza registra apenas os recursos provenientes da utilização de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.05.0.0	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro	SOF	Registra recursos provenientes da cessão do direito de exploração de satélite brasileiro, mediante licitação.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.06.0.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência	SOF	Agrega as receitas decorrentes de preço público, cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações, como condição para a transferência da delegação dos serviços de telecomunicações ou do uso de radiofrequência, a ser pago pela cessionária, na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, ou de parcelas anuais, nos termos da regulamentação editada pela Agência.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.06.1.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de preço público, cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações, como condição para a transferência da delegação dos serviços de telecomunicações ou do uso de radiofrequência, a ser pago pela cessionária, na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, ou de parcelas anuais, nos termos da regulamentação editada pela Agência. Essa natureza registra apenas os recursos não provenientes da utilização de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.06.2.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de preço público, cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações, como condição para a transferência da delegação dos serviços de telecomunicações ou do uso de radiofrequência, a ser pago pela cessionária, na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, ou de parcelas anuais, nos termos da regulamentação editada pela Agência. Essa natureza registra apenas os recursos provenientes da utilização de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.07.0.0	Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira	SOF	Registra as receitas provenientes da concessão de licenças e autorizações da Agência Espacial Brasileira - AEB.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.99.0.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação	SOF	Agrega as receitas decorrentes concessões, permissões e autorizações dos serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência não relacionados nos itens anteriores. Não inclui receitas provenientes de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.99.1.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de concessões, permissões e autorizações dos serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência não relacionados nos itens anteriores. Essa natureza registra apenas os recursos não provenientes da utilização de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.3.99.2.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de concessões, permissões e autorizações dos serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência não relacionados nos itens anteriores. Essa natureza registra apenas os recursos provenientes da utilização de posições orbitais.	Portaria SEAFI nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.3.3.4.00.0.0	Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica	STN/SOF	Agrega receitas originadas de concessão para prestação de serviços de energia elétrica.	Portaria SEAFI/SOF nº 11.044, de 29 de Outubro de 2018.
1.3.3.4.01.0.0	Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica	SOF	Registra receitas originadas de concessão para prestação de serviços de energia elétrica.	Portaria SEAFI/SOF nº 11.044, de 29 de Outubro de 2018.
1.3.3.9.00.0.0	Demais Delegações de Serviços Públicos	STN/SOF	Agrega demais receitas oriundas da delegação de serviços públicos	
1.3.3.9.99.0.0	Outras Delegações de Serviços Públicos	SOF	Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.	
1.3.4.0.00.0.0	Exploração de Recursos Naturais	STN/SOF	Agrega as receitas originadas da exploração de recursos naturais.	
1.3.4.1.00.0.0	Petróleo - Regime de Concessão	STN/SOF	Agrega as receitas oriundas da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer sob o regime de concessão.	
1.3.4.1.01.0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão	SOF	Agrega as receitas de outorga dos serviços de exploração e produção de petróleo e gás natural no regime de concessão.	
1.3.4.1.01.1.0	Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão	SOF	Registra as receitas decorrentes do pagamento oferecido na proposta para obtenção da concessão. Esse bônus de assinatura terá valor mínimo estabelecido em edital, devendo ser pago no ato de assinatura do contrato.	
1.3.4.1.01.2.0	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção	SOF	Registra as receitas auferidas em função do pagamento anual pela retenção de área para exploração, desenvolvimento ou produção de petróleo e gás natural.	
1.3.4.1.02.0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	SOF	Agrega as receitas oriundas da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer sob o regime de concessão.	
1.3.4.1.02.1.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer em terra.	
1.3.4.1.02.2.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, em áreas no horizonte geológico denominada Pré-Sal*, em campos localizados na área definida no Inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.351, de 2010. * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas de águas profundas, em grande parte do litoral brasileiro.	
1.3.4.1.02.3.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, fora do horizonte geológico* e das áreas do pré-sal** e estratégicas. * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas profundas, em grande parte do litoral brasileiro. ** A área do pré-sal é definida pelo Inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como a "região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices estabelecidas no Anexo desta Lei, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico".	
1.3.4.1.02.4.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3/12/2012.	
1.3.4.1.03.0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	SOF	Agrega as receitas oriundas da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer sob o regime de concessão.	
1.3.4.1.03.1.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer em terra.	
1.3.4.1.03.2.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, em áreas no horizonte geológico denominado Pré-Sal*, em campos localizados na área definida no Inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.351, de 2010. * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas de águas profundas, em grande parte do litoral brasileiro.	

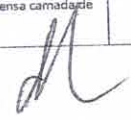


TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Corresponsável
1.3.4.1.03.3.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, fora do horizonte geológico* e das áreas do pré-sal** e estratégicas. * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas de águas profundas, em grande parte do litoral brasileiro. **A área do pré-sal é definida pelo inciso IV do art. 2º da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como a "região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices estabelecidas no Anexo desta Lei, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico".	
1.3.4.1.03.4.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3/12/2012.	
1.3.4.1.04.0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão	SOF	Agrega as receitas oriundas da participação especial pela produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer sob o regime de concessão.	
1.3.4.1.04.1.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	SOF	Registra as receitas auferidas a título de participação especial pela produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos em campos explorados sob regime de concessão, quando a lavra ocorrer em terra. O art. 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, determina que "o edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial [...]". Conforme dispõe o § 1º do referido art. 50, "a participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor".	
1.3.4.1.04.2.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	SOF	Registra as receitas auferidas a título de participação especial pela produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos em campos explorados sob regime de concessão, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, em áreas no horizonte geológico denominado Pré-Sal**, em campos localizados na área definida no inciso IV do caput do art. 2º da Lei no 12.351, de 2010. O art. 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, determina que "o edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial [...]". Conforme dispõe o § 1º do referido art. 50, "a participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor". * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas de águas profundas, em grande parte do litoral brasileiro.	
1.3.4.1.04.3.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	SOF	Registra as receitas auferidas a título de participação especial pela produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos em campos explorados sob regime de concessão, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3/12/2012, fora do horizonte geológico* e das áreas do pré-sal** e estratégicas. O art. 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, determina que "o edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial [...]". Conforme dispõe o § 1º do referido art. 50, "a participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor". * Entende-se por horizonte geológico denominado Pré-Sal o intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, localizado em áreas de águas profundas, em grande parte do litoral brasileiro. **A área do pré-sal é definida pelo inciso IV do art. 2º da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como a "região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices estabelecidas no Anexo desta Lei, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico".	
1.3.4.1.04.4.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	SOF	Registra as receitas auferidas a título de participação especial pela produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos em campos explorados sob regime de concessão, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, em contratos cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3/12/2012. O art. 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, determina que "o edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial [...]". Conforme dispõe o § 1º do referido art. 50, "a participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor".	
1.3.4.2.00.0.0	Petróleo - Regime de Cessão Onerosa	STN/SOF	Agrega as receitas oriundas da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, relativas a contratos celebrados sob o regime de cessão onerosa.	
1.3.4.2.02.0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Agrega as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de cessão onerosa, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos.	
1.3.4.2.02.1.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de cessão onerosa, que representar 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres.	
1.3.4.2.02.4.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, que representam 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, no regime de cessão onerosa.	
1.3.4.2.03.0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Agrega as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de cessão onerosa, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos.	
1.3.4.2.03.1.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de cessão onerosa, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres.	
1.3.4.2.03.4.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, previsto no contrato de cessão onerosa, que exceder a 5% do valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva.	
1.3.4.3.00.0.0	Petróleo - Regime de Partilha de Produção	STN/SOF	Agrega as receitas oriundas da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, relativas a contratos celebrados sob o regime de partilha de produção.	
1.3.4.3.01.0.0	Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Partilha de Produção	SOF	Agrega as receitas de outorga dos serviços de exploração e produção de petróleo e gás natural no regime de partilha de produção.	

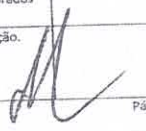
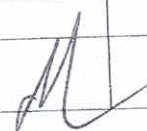


TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.3.4.3.01.1.0	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União	SOF	Registra as receitas que se originaram do bônus de assinatura do contrato de partilha de produção que são devidas à União, conforme determinação legal.	
1.3.4.3.01.2.0	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social	SOF	Registra as receitas que se originaram do bônus de assinatura do contrato de partilha de produção que são devidas ao Fundo Social, conforme determinação legal.	
1.3.4.3.01.3.0	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato	SOF	Registra as receitas que se originaram do bônus de assinatura do contrato de partilha de produção que são devidas à empresa gestora do contrato de partilha de produção, conforme determinação legal.	
1.3.4.3.01.4.0	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios	SOF	Registra as receitas que se originaram do bônus de assinatura do contrato de partilha de produção que são devidas aos Estados ou Municípios, conforme determinação legal.	
1.3.4.3.02.0.0	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Agrega as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, no regime de partilha de produção, sobre a produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos.	
1.3.4.3.02.1.0	Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, no regime de partilha de produção, sobre o valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres.	
1.3.4.3.02.4.0	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012	SOF	Registra as receitas oriundas da parcela do valor do royalty, no regime de partilha de produção, sobre o valor da produção de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva.	
1.3.4.4.00.0.0	Exploração de Recursos Minerais	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes de extração mineral	
1.3.4.4.01.0.0	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	SOF	Registra receitas decorrentes da outorga do Alvará de Pesquisa Mineral.	
1.3.4.4.02.0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	SOF	Registra receitas decorrentes da compensação financeira pela exploração de recursos minerais.	
1.3.4.5.00.0.0	Exploração de Recursos Hídricos	STN/SOF	Agrega as receitas de compensação financeira pela exploração e utilização de recursos hídricos.	
1.3.4.5.01.0.0	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	SOF	Registra as receitas decorrentes de outorga a particulares de direitos de uso da água. Os recursos são vinculados ao financiamento de estudos, programas, projetos e obras, incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, e ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	
1.3.4.5.02.0.0	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica	SOF	Registra as receitas decorrentes da autorização ou concessão, por parte da União, para exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica.	
1.3.4.5.03.0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos	SOF	Agrega as receitas de compensação financeira pela exploração e utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica.	
1.3.4.5.03.1.0	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu	SOF	Registra as receitas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos por parte da Itaipu Binacional do Brasil.	
1.3.4.5.03.2.0	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas	SOF	Registra as receitas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica por parte de outras empresas, exceto Itaipu.	
1.3.4.5.03.3.0	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga	SOF	Registra as receitas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica por parte de outras empresas, exceto Itaipu, nos casos de prorrogação de outorga de que trata o art. 2º, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.	
1.3.4.6.00.0.0	Exploração de Recursos Florestais	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes da exploração de recursos florestais.	
1.3.4.6.01.0.0	Concessão de Florestas Nacionais	SOF	Agrega receitas decorrentes da concessão florestal de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	
1.3.4.6.01.1.0	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo	SOF	Registra receitas decorrentes do "preço mínimo" pago à União em razão da concessão florestal de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O "preço mínimo" é definido no edital de licitação e calculado em função seja da quantidade de produto ou serviço a ser auferido do objeto da concessão, seja do faturamento líquido ou bruto das unidades localizadas na floresta nacional.	
1.3.4.6.01.2.0	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores	SOF	Registra receitas decorrentes do valor excedente ao "preço mínimo" pago à União em razão da concessão florestal de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O "preço mínimo" é definido no edital de licitação e calculado em função seja da quantidade de produto ou serviço a ser auferido do objeto da concessão, seja do faturamento líquido ou bruto das unidades localizadas na floresta nacional.	
1.3.4.6.02.0.0	Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais"	SOF	Agrega receitas decorrentes da concessão florestal de unidades localizadas em florestas não classificadas como "florestas nacionais" nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	
1.3.4.6.02.1.0	Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Valor Mínimo	SOF	Registra receitas decorrentes do "preço mínimo" pago à União em razão da concessão florestal, quando a unidade de conservação NÃO está localizada em floresta classificada como "floresta nacional" nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O "preço mínimo" é definido no edital de licitação e calculado em função seja da quantidade de produto ou serviço a ser auferido do objeto da concessão, seja do faturamento líquido ou bruto das unidades localizadas na floresta nacional.	
1.3.4.6.02.2.0	Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Demais Valores	SOF	Registra receitas decorrentes do valor excedente ao "preço mínimo" pago à União em razão da concessão florestal, quando a unidade de conservação NÃO está localizada em floresta classificada como "floresta nacional" nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O "preço mínimo" é definido no edital de licitação e calculado em função seja da quantidade de produto ou serviço a ser auferido do objeto da concessão, seja do faturamento líquido ou bruto das unidades localizadas na floresta nacional.	
1.3.4.6.03.0.0	Custos de Edital de Concessão Florestal	SOF	Registra receitas decorrentes do pagamento de preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal da unidade de manejo.	
1.3.4.6.04.0.0	Contratos de Transição de Concessão Florestal	SOF	Registra receitas decorrentes do pagamento de preço decorrente de contratos de transição de concessão florestal para exploração e gestão de florestas públicas e recursos florestais.	
1.3.4.6.99.0.0	Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais	SOF	Registra receitas decorrentes de concessões florestais não especificadas nos itens anteriores.	
1.3.4.9.00.0.0	Exploração de Outros Recursos Naturais	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de exploração de recursos naturais não listados de forma específica nos códigos de natureza de receita anteriores.	
1.3.4.9.01.0.0	Compensações Ambientais	SOF	Registra receitas oriundas de compensações Ambientais	
1.3.4.9.99.0.0	Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais	SOF	Registra receitas oriundas da exploração de quaisquer outros recursos naturais não listados em códigos de natureza de receita específicos.	
1.3.5.0.00.0.0	Exploração do Patrimônio Intangível	STN/SOF	Agrega as receitas originadas com a exploração do patrimônio intangível.	
1.3.5.1.00.0.0	Exploração do Patrimônio Intangível	STN/SOF	Agrega as receitas originadas com a exploração do patrimônio intangível.	
1.3.5.1.01.0.0	Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica	SOF	Registra valores referentes à receita decorrente da celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso de exploração de criação protegida.	
1.3.5.1.02.0.0	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial	SOF	Registra o valor das receitas provenientes do exercício de atividades que sejam ativas à exploração dos direitos de uso da imagem e de reprodução de bens do acervo patrimonial sob sua jurisdição.	
1.3.5.1.03.0.0	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado	SOF	Registra as receitas decorrentes da exploração do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado	



MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022



TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.3.5.1.04.0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	SOF	Registra as receitas oriundas de royalties recebidos por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta em decorrência da comercialização de produtos que tenham sido desenvolvidos com a utilização de tecnologia por eles desenvolvida.	
1.3.6.0.00.0.0	Cessão de Direitos	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes da cessão de direitos	
1.3.6.1.00.0.0	Cessão de Direitos	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes da cessão de direitos	
1.3.6.1.01.0.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	SOF	Agrega receitas decorrentes da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de ativos e inativos de determinada unidade. Por meio de cessão, o agente financeiro (banco) passa a deter o direito de efetuar o pagamento dos salários dos servidores e, em contrapartida, recolhem à Conta Única do Tesouro Nacional o montante estipulado a título da cessão de acordo com as cláusulas previstas nos termos do respectivo contrato.	
1.3.6.1.01.1.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo	SOF	Registra as receitas decorrentes da cessão do direito de operacionalizar pagamentos de determinado órgão ou entidade do Poder Judiciário.	Portaria SEAF/SOF nº 07, de 31 de Julho de 2019
1.3.6.1.01.2.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário	SOF	Agrega as receitas decorrentes da cessão do direito de operacionalizar pagamentos de determinado órgão ou entidade do Poder Judiciário.	Portaria SEAF/SOF nº 07, de 31 de Julho de 2019
1.3.9.0.00.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	STN/SOF	Agrega as receitas patrimoniais não classificadas nos itens anteriores, inclusive receitas de aluguéis de bens móveis.	
1.3.9.1.00.0.0	Participação da União em Receita de Serviços	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos em serviços públicos, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por concessionárias, permissionárias ou empresas estatais.	
1.3.9.1.01.0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios	SOF	Agrega as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos em serviços lotéricos e sorteios, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.1.01.1.0	Participação da União em Receita de Loteria Federal	SOF	Registra as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria federal, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.1.01.2.0	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	SOF	Registra as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria esportiva, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.1.01.4.0	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos	SOF	Registra as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria de números, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.1.01.5.0	Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	SOF	Registra as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria instantânea, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.1.01.6.0	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Específico	SOF	Registra as receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria modalidade futebol, devidas por ocasião da exploração de monopólio daquele ente por empresa pública ou particular concessionário.	
1.3.9.9.00.0.0	Outras Receitas Patrimoniais	STN/SOF	Agrega as receitas patrimoniais não classificadas nos itens anteriores, inclusive receitas de aluguéis de bens móveis.	
1.3.9.9.99.0.0	Outras Receitas Patrimoniais	SOF	Registra as receitas patrimoniais não classificadas nos itens anteriores, inclusive receitas de aluguéis de bens móveis.	
1.4.0.0.00.0.0	Receita Agropecuária	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido.	
1.4.1.0.00.0.0	Receita Agropecuária	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido.	
1.4.1.1.00.0.0	Receita Agropecuária	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido.	
1.4.1.1.01.0.0	Receita Agropecuária	SOF	Registra as receitas de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido. Compreende as atividades de cultivo agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental, de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais, além do cultivo de produtos agrícolas.	
1.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes das atividades industriais.	
1.5.1.0.00.0.0	Receita Industrial	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes das atividades industriais.	
1.5.1.1.00.0.0	Receita Industrial	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes das atividades industriais.	
1.5.1.1.01.0.0	Receita Industrial	SOF	Registra as receitas decorrentes das atividades industriais.	
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	STN/SOF	Agrega as receitas características da prestação de serviços nas diversas áreas de atividade econômica.	
1.6.1.0.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	STN/SOF	Agrega as receitas originadas da prestação de serviços administrativos e de serviços comerciais nas diversas áreas de atividade econômica, as receitas originadas na inscrição em concursos e processos seletivos, em serviços específicos de registro e certificação, além de serviços de informação e tecnologia.	
1.6.1.1.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	STN/SOF	Agrega as receitas originadas da prestação de serviços administrativos e de serviços comerciais nas diversas áreas de atividade econômica, as receitas originadas na inscrição em concursos e processos seletivos, em serviços específicos de registro e certificação, além de serviços de informação e tecnologia.	
1.6.1.1.01.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	SOF	Registra as receitas decorrentes da prestação de serviços administrativos e de serviços comerciais nas diversas áreas de atividade econômica.	
1.6.1.1.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	SOF	Registra as receitas de inscrição em concursos e processos seletivos, inclusive vestibulares realizados pelas instituições de ensino.	
1.6.1.1.03.0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	SOF	Registra as receitas originadas de procedimentos obrigatórios de registro, certificação, inspeção e fiscalização.	
1.6.1.1.04.0.0	Serviços de Informação e Tecnologia	SOF	Registra as receitas originadas da prestação de serviços relacionados à disponibilização de informações em redes e sistemas de dados em meio digital e à prestação de serviços relacionados ao uso intensivo de tecnologia.	
1.6.1.1.05.0.0	Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações	SOF	Registra as receitas decorrentes da aprovação de laudos de ensaio de produtos e prestação de serviços técnicos por órgãos da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.	Portaria SEAF nº 01, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.6.2.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	STN/SOF	Agrega as receitas originadas da prestação de serviços e de atividades referentes à navegação e ao transporte. Compreende os serviços de navegação e de transporte nas diversas modalidades viárias, inclusive serviços executados em instalações portuárias e aeroportuárias.	
1.6.2.1.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	STN/SOF	Agrega as receitas originadas da prestação de serviços e de atividades referentes à navegação e ao transporte. Compreende os serviços de navegação e de transporte nas diversas modalidades viárias, inclusive serviços executados em instalações portuárias e aeroportuárias.	
1.6.2.1.01.0.0	Serviços de Navegação	SOF	Agrega as receitas originadas de serviços de navegação, decorrentes da utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea e naval, de acordo com normas específicas.	
1.6.2.1.01.1.0	Serviços de Navegação Aérea	SOF	Registra as receitas originadas de serviços de navegação, decorrentes da utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, de acordo com normas específicas.	
1.6.2.1.01.2.0	Serviços de Navegação Naval	SOF	Registra as receitas originadas de serviços de navegação, decorrentes da utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação naval, de acordo com normas específicas.	
1.6.2.1.02.0.0	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias	SOF	Registra as receitas originadas da prestação de serviços de transporte. Compreende as atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, em todas as modalidades viárias.	
1.6.2.1.03.0.0	Serviços Portuários	SOF	Registra as receitas originadas na exploração dos portos, terminais marítimos, atracadouros e ancoradouros.	
1.6.2.1.04.0.0	Serviços Aeroportuários	SOF	Agrega as receitas originadas na prestação de serviços aeroportuários. Compreende as tarifas aeroportuárias cobradas pelo embarque de passageiros, pouso e permanência de aeronaves nos aeroportos, pelo armazenamento, guarda e controle de mercadorias em armazéns de carga aérea, além do adicional sobre tarifa aeroportuária e da parcela de embarque internacional.	
1.6.2.1.04.1.0	Tarifa Aeroportuária	SOF	Registra as receitas originadas de tarifas cobradas pelo embarque de passageiros, pouso e permanência de aeronaves nos aeroportos, pelo armazenamento, guarda e controle de mercadorias em armazéns de carga aérea e pela utilização de serviços relativos à manutenção e insumos de mercadorias em armazéns de carga.	
1.6.2.1.04.2.0	Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	SOF	Registra as receitas originadas do adicional sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.	
1.6.2.1.04.3.0	Parcela da Tarifa de Embarque Internacional	SOF	Registra as receitas originadas da parcela da tarifa de embarque internacional, correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério de Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.	

Pág. 11

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.6.3.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	STN/SOF	Agrega as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não, voltados à população em geral ou especificamente aos servidores públicos civis e militares.	
1.6.3.1.00.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde	STN/SOF	Agrega as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não, voltados à população em geral ou especificamente aos servidores públicos civis e militares.	
1.6.3.1.01.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal	SOF	Registra as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não. Compreende a prestação de serviços relacionados à saúde humana em hospitais, ambulatórios, consultórios, clínicas, centros de assistência psicossocial, unidades móveis de atendimento a urgências e remoções e, também, os serviços de saúde prestados nos domicílios.	
1.6.3.1.50.0.0	Serviços Hospitalares	STN	Registra as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não. Compreende a prestação de serviços relacionados à saúde em hospitais e similares, bem como serviços de saúde correlatos.	
1.6.3.1.51.0.0	Serviços de Registro, Análise e Controle da Saúde	STN	Registra as receitas originadas de serviços de registro de análise e de controle de produtos sujeitos a normas de vigilância sanitária.	
1.6.3.1.52.0.0	Serviços Radiológicos e Laboratoriais	STN	Registra as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não. Compreende a prestação de serviços relacionados à saúde com natureza radiológica e laboratorial.	
1.6.3.1.53.0.0	Serviços Ambulatoriais	STN	Registra as receitas originadas de serviços de atendimento à saúde, de caráter especializado ou não. Compreende a prestação de serviços relacionados à saúde com natureza ambulatorial.	
1.6.3.1.99.0.0	Outros Serviços de Atendimento à Saúde	SOF	Registra a prestação de outros serviços relacionados à saúde, não especificados anteriormente.	
1.6.3.2.00.0.0	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes da contribuição dos servidores públicos civis ativos, inativos e pensionistas, destinada ao custeio da Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil, bem como as decorrentes das contribuições mensais obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, para a constituição e manutenção dos Fundos de Saúde de cada Força Armada.	
1.6.3.2.01.0.0	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis	SOF	Registra as receitas decorrentes da contribuição dos servidores públicos civis ativos, inativos e pensionistas, destinada ao custeio da Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil.	
1.6.4.0.00.0.0	Serviços e Atividades Financeiras	STN/SOF	Agrega as receitas correntes originadas da prestação de serviços financeiros, bem como as receitas de natureza não-financeira originadas da concessão de garantias, avais e seguros nas operações de crédito.	
1.6.4.1.00.0.0	Serviços e Atividades Financeiras	STN/SOF	Agrega as receitas correntes originadas da prestação de serviços financeiros, bem como as receitas de natureza não-financeira originadas da concessão de garantias, avais e seguros nas operações de crédito.	
1.6.4.1.01.0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	SOF	Registra as receitas correntes originadas da prestação de serviços financeiros. Abrange atividades com a finalidade de criar, coletar, intermediar e redistribuir recursos financeiros federais sob responsabilidade da unidade gestora. Compreende o resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos, de operações financeiras realizadas, por exemplo, pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais, dentre outros serviços de natureza financeira.	
1.6.4.1.02.0.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros	SOF	Registra as receitas de natureza não-financeira originadas da concessão de garantias, avais e seguros nas operações de crédito.	
1.6.4.1.03.0.0	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	SOF	Registra as receitas decorrentes de parte dos rendimentos dos empréstimos de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal.	
1.6.9.0.00.0.0	Outros Serviços	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de serviços não relacionados nos itens anteriores.	
1.6.9.9.00.0.0	Outros Serviços	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de serviços não relacionados nos itens anteriores.	
1.6.9.9.99.0.0	Outros Serviços	SOF	Registra as receitas decorrentes de serviços não relacionados nos itens anteriores.	
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos da União ou de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.1.1.00.0.0	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	STN/SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos da União ou de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.1.1.50.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte do fundo participação dos Estados e Distrito Federal.	
1.7.1.1.51.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	
1.7.1.1.51.1.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), referente à alínea "b" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.	
1.7.1.1.51.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), referente à alínea "d" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.	
1.7.1.1.51.3.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), referente à alínea "e" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 84, de 2014.	
1.7.1.1.52.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências do imposto sobre a propriedade territorial rural.	
1.7.1.1.53.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	STN	Registra recebidos em decorrência da transferência constitucional do imposto sobre produtos industrializados.	
1.7.1.1.54.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	STN	Registra o valor das receitas recebidas pelos Estados por meio de transferências constitucionais da contribuição de intervenção no domínio econômico (Emenda Constitucional nº 42, de 15/12/2003).	
1.7.1.1.55.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cota-parte imposto sobre operações crédito câmbio e seguros.	
1.7.1.1.98.0.0	Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos da União	STN	Registra o valor das transferências decorrentes da participação em receitas de impostos da União, não especificadas anteriormente, conforme definido em legislação.	
1.7.1.2.00.0.0	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	STN/SOF	Agrega o valor da arrecadação da receita de transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais.	
1.7.1.2.50.0.0	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos	STN	Registra o valor da arrecadação da receita da cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica.	
1.7.1.2.51.0.0	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	STN	Registra o valor da arrecadação da receita da cota-parte da compensação financeira de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico.	
1.7.1.2.52.0.0	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	STN	Agrega o valor da arrecadação de receita com a cota-parte royalties pelo excedente da produção do petróleo.	
1.7.1.2.52.1.0	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com a cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022



TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Corresponsante
1.7.1.2.52.2.0	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com a cota-parte royalties pelo excedente da produção do petróleo.	
1.7.1.2.52.3.0	Cota-parte pela Participação Especial – Lei nº 9.478/97, artigo 50	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com a cota-parte royalties pela participação especial prevista na Lei nº 9.478/97, art. 50.	
1.7.1.2.52.4.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	STN	Registra o valor da arrecadação de receita de transferência de cota-parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP.	
1.7.1.2.99.0.0	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	SOF	Registra o valor da arrecadação de receita com outras transferências decorrentes de compensação financeira proveniente da exploração de recursos naturais.	
1.7.1.3.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	STN/SOF	Agrega o valor total das transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.1.3.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	STN	Agrega o valor total das transferências correntes oriundas do Fundo Nacional de Saúde referentes ao bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde, recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
1.7.1.3.50.1.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com atenção primária em saúde.	
1.7.1.3.50.2.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com atenção especializada em saúde.	
1.7.1.3.50.3.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com assistência farmacêutica.	
1.7.1.3.50.4.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com vigilância em saúde.	
1.7.1.3.50.5.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com gestão do SUS.	
1.7.1.3.50.9.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	STN	Registra o valor total de transferências correntes do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ações não especificados anteriormente.	
1.7.1.3.51.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	STN	Agrega o valor total das transferências correntes oriundas do Fundo Nacional de Saúde referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços públicos de saúde, recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
1.7.1.3.51.1.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à atenção primária em saúde.	
1.7.1.3.51.2.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à atenção especializada em saúde.	
1.7.1.3.51.3.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à Vigilância em Saúde.	
1.7.1.3.51.4.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à Assistência Farmacêutica.	
1.7.1.3.51.5.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à Gestão do SUS.	
1.7.1.3.51.9.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	STN	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados a outros programas não especificados nas classificações anteriores.	
1.7.1.3.99.0.0	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	SOF	Registra o valor das transferências correntes da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente.	
1.7.1.4.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos de transferências da União recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, compreendendo os repasses referentes ao salário-educação e demais programas do FNDE.	
1.7.1.4.50.0.0	Transferências do Salário-Educação	STN	Registra o valor dos recursos de transferência da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios a título de Salário-Educação, na forma da Lei 10.832/03.	
1.7.1.4.51.0.0	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.	
1.7.1.4.52.0.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	
1.7.1.4.53.0.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. Lei nº 10.880, de 09/06/04.	
1.7.1.4.54.0.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem	STN	Agrega o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.	
1.7.1.4.54.1.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.	Portaria STN 387, de Junho de 2019

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.7.1.4.54.2.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.	Portaria STN 387, de 13 de junho de 2019
1.7.1.4.55.0.0	Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA. Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004.	Portaria STN 387, de 13 de junho de 2019
1.7.1.4.56.0.0	Transferências referentes ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004.	Portaria STN 387, de 13 de junho de 2019
1.7.1.4.57.0.0	Transferências referentes ao Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Saúde do Escolar.	
1.7.1.4.58.0.0	Transferências referentes ao Programa de Apoio a Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Ensino Fundamental	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa de Apoio a Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Ensino Fundamental.	
1.7.1.4.59.0.0	Transferências referentes ao Programa de Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - REESTFÍSICA	STN	Registra o valor dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa de Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - REESTFÍSICA.	
1.7.1.4.99.0.0	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	SOF	Registra o valor total de outros recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, não classificados nos itens anteriores e que não sejam repassados por meio de convênios.	
1.7.1.5.00.0.0	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos de transferências da União para complementação do FUNDEB, recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, não podendo ser utilizado este item para o registro do ganho apurado nas operações do FUNDEB.	
1.7.1.5.50.0.0	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	STN	Registra o valor recebido a título da complementação efetuada pela União ao Fundeb na modalidade Valor Anual Total por Aluno (VAAT), conforme art. 5º, II e art. 6º, II da Lei nº 14.113/2020.	
1.7.1.5.51.0.0	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	STN	Registra o valor recebido a título da complementação efetuada pela União ao Fundeb na modalidade Valor Anual por Aluno (VAAF), conforme art. 5º, I e art. 6º, I da Lei nº 14.113/2020.	
1.7.1.5.52.0.0	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	STN	Registra o valor recebido a título da complementação efetuada pela União ao Fundeb na modalidade VAAR, conforme art. 5º, III e art. 6º, III da Lei nº 14.113/2020.	
1.7.1.6.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos de transferências correntes da União recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.1.6.50.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências correntes da União recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.	
1.7.1.7.00.0.0	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com a União ou com suas entidades, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas correntes. Quando o convênio for entre entidades federais, a entidade transferidora não poderá integrar o orçamento da seguridade social da União.	
1.7.1.7.50.0.0	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados com a saúde, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas correntes. Quando o convênio for entre entidades federais, a entidade transferidora não poderá integrar o orçamento da seguridade social da União.	
1.7.1.7.51.0.0	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor da receita de transferências de convênios da União destinadas a programas de educação.	
1.7.1.7.52.0.0	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	STN	Registra o valor da receita de transferências de convênios da União destinadas a programas de assistência social, compreendendo as transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Não estão incluídas nesta rubrica as transferências destinadas aos programas de combate à fome.	
1.7.1.7.53.0.0	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	STN	Registra o valor da receita de transferências de convênios da União destinadas a programas de combate à fome.	
1.7.1.7.54.0.0	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	STN	Registra o valor da receita de transferências de convênios da União destinadas a programas de saneamento básico.	
1.7.1.7.99.0.0	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor da receita de transferências de convênios da União e de suas Entidades não especificados anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.1.9.00.0.0	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total de outras transferências de recursos da União e de suas Entidades	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.1.9.51.0.0	Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências da União aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, atendidos os limites, critérios, prazos e demais condições fixados no anexo à Lei Complementar nº 87 de 13/09/96, com base no produto de arrecadação do Imposto Estadual Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.	
1.7.1.9.52.0.0	Transferências da União a Consórcios Públicos	STN	Registra o valor da receita repassada pela União a consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
1.7.1.9.53.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	STN	Registra o valor da receita das transferências de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN, a título de transferência obrigatória aos Estados, Distrito Federal e Municípios.	
1.7.1.9.54.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	STN	Agrega as transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor.	
1.7.1.9.54.1.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias	STN	Registra as transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, a título de transferência obrigatória, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que trata a alínea "a" do inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 13.756/2018 para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração do convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congêneres.	Lei nº 13.756/2018
1.7.1.9.54.2.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Acordadas	STN	Registra as transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congêneres, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea "a" do inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 13.756/2018 não transferidos nos termos do disposto no inciso I do caput do artigo 7º da citada lei.	Lei nº 13.756/2018
1.7.1.9.55.0.0	Outras Transferências para Segurança Pública	STN	Registra as demais transferências para a área de segurança pública que não se enquadram nos itens de natureza de receita anteriores.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.7.1.9.56.0.0	Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências da União em decorrência de decisão judicial que versem sobre diferenças na complementação, devida pela União, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, pagas por meio de precatórios, recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, guardada estrita vinculação de tais recursos com os termos constantes no art. 21, da Lei nº 11.494/2007 c/c o art. 60 do ADCT.	Portaria STN 387, de 13 de Junho de 2019
1.7.1.9.57.0.0	Transferência Especial da União	STN	Registra as receitas das transferências da União provenientes de emendas individuais impositivas ao orçamento da União, nos termos do art. 166-A, Inciso I, na Constituição Federal.	
1.7.1.9.58.0.0	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	STN	Registra as receitas provenientes das transferências obrigatórias da União, decorrentes do disposto na Lei complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020	
1.7.1.9.99.0.0	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	SOF	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de outras transferências da União que não se enquadram nos itens anteriores.	
1.7.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos dos Estados e do Distrito Federal e de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.2.1.00.0.0	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos dos Estados e do Distrito Federal.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.2.1.50.0.0	Cota-Parte do ICMS	STN	Registra o valor da arrecadação de receita de transferência da participação de municípios na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, pelo estado.	
1.7.2.1.51.0.0	Cota-Parte do IPVA	STN	Registra o valor da arrecadação de receita de transferência da participação de municípios na arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, pelo estado.	
1.7.2.1.52.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	STN	Registra o valor recebido pelo município decorrente da participação deste na Cota-Parte do Estado na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI realizado pela União.	
1.7.2.1.53.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	STN	Registra o valor total das receitas recebidas pelos Municípios por meio de transferências constitucionais da contribuição de intervenção no domínio econômico (Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003).	
1.7.2.1.98.0.0	Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos dos Estados e do Distrito Federal	STN	Registra o valor de transferências decorrentes da participação em receitas de impostos dos Estados e do Distrito Federal, não especificadas anteriormente, conforme definido em legislação.	
1.7.2.2.00.0.0	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	STN/SOF	Agrega as receitas referentes as transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.2.2.50.0.0	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com a cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos.	
1.7.2.2.51.0.0	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com a cota-parte da compensação financeira de recursos minerais.	
1.7.2.2.52.0.0	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	STN	Registra o valor da arrecadação com a cota-parte royalties - compensação financeira pela produção do petróleo.	
1.7.2.2.53.0.0	Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com outras transferências decorrentes de compensações financeiras.	
1.7.2.3.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	STN/SOF	Agrega os valores das receitas recebidas dos Estados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	
1.7.2.3.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	STN	Registra os valores das receitas recebidas dos Estados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	
1.7.2.4.00.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes.	
1.7.2.4.01.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
1.7.2.4.50.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde - SUS	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados ao Sistema Único de Saúde.	
1.7.2.4.51.0.0	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a Programas de Educação.	
1.7.2.4.99.0.0	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes, não especificadas anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.2.9.00.0.0	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	STN/SOF	Agrega o valor total das outras transferências de recursos dos Estados e do Distrito Federal.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.2.9.50.0.0	Transferências de Estados a Consórcios Públicos	STN	Registra a receita repassada pelos Estados a consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
1.7.2.9.51.0.0	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	STN	Registra a receita repassada pelos Estados aos demais entes destinadas à Assistência Social.	
1.7.2.9.52.0.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos recebidos pelas demais esferas de governo e respectivas entidades da administração descentralizada, destinados a programas de educação, transferidos pelos Estados, exceto as transferências de convênios	
1.7.2.9.99.0.0	Outras Transferências dos Estados e DF	SOF	Registra as receitas das transferências dos Estados e DF, não detalhadas anteriormente.	
1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos dos Municípios e de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.3.1.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	STN/SOF	Agrega os valores das receitas recebidas dos Municípios no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	
1.7.3.1.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências de municípios para municípios, referente ao Sistema Único de Saúde - SUS, exceto as transferências vinculadas a convênios.	
1.7.3.2.00.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	STN/SOF	Agrega os valores das receitas de transferências de convênios dos Municípios e de suas entidades.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.3.2.01.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra os valores das receitas de transferências recebidas por Órgãos e Entidades da União a partir de Convênios Celebrados com Municípios e suas Entidades.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
1.7.3.2.50.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	STN	Registra o valor total de recursos oriundos de convênios firmados com os Municípios e suas entidades, recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas entidades, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados ao Sistema Único de Saúde.	
1.7.3.2.51.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor total de recursos oriundos de convênios firmados com os Municípios e suas entidades, recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas entidades, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a Programas de Educação.	

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.7.3.2.99.0.0	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Municípios e suas entidades públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes, não especificados anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.3.9.00.0.0	Outras Transferências dos Municípios	STN/SOF	Agrega o valor total de outras transferências de recursos dos Municípios.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.3.9.50.0.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	STN	Registra a receita repassada pelos Municípios e consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
1.7.3.9.99.0.0	Outras Transferências dos Municípios	SOF	Registra o valor total dos recursos recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas respectivas entidades, transferidos por Municípios, não classificadas nos Itens anteriores (vide Portaria Interministerial nº 163/01 e Portaria STN nº 339/01).	
1.7.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.4.1.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.4.1.01.0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
1.7.4.1.50.0.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde	STN	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de convênios, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes, na área de programas de saúde. Especifica para transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios.	
1.7.4.1.51.0.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Educação	STN	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de convênios, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes, na área de programas de educação. Especifica para transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios.	
1.7.4.1.99.0.0	Outras Transferências de Instituições Privadas	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes, não especificados anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.5.0.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições públicas não especificadas em outras naturezas, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.5.1.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos de transferências recebidos diretamente do FUNDEB, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, independente do valor que foi deduzido no ente para a formação do FUNDEB.	
1.7.5.1.50.0.0	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências recebidos diretamente do FUNDEB, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, independente do valor que foi deduzido no ente para a formação do FUNDEB.	
1.7.5.9.00.0.0	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	STN/SOF	Agrega o valor da receita de outras transferências multigovernamentais, não classificadas nos itens anteriores.	
1.7.5.9.99.0.0	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	SOF	Registra o valor da receita de outras transferências multigovernamentais, não classificadas nos itens anteriores.	
1.7.6.0.00.0.0	Transferências do Exterior	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.6.1.01.0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
1.7.6.1.50.0.0	Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Saúde	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados com organismos e fundos internacionais, governos estrangeiros e instituições privadas internacionais, especificamente destinados a programas de saúde.	
1.7.6.1.51.0.0	Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados com organismos e fundos internacionais, governos estrangeiros e instituições privadas internacionais, especificamente destinados a programas de educação.	
1.7.6.1.99.0.0	Outras Transferências do Exterior	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes, não especificados anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.9.0.00.0.0	Demais Transferências Correntes	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de demais transferências correntes.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.9.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de pessoas físicas, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.9.1.01.0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de pessoas físicas, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
1.7.9.1.50.0.0	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	STN	Registra o valor total dos recursos financeiros recebidos de pessoas físicas, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas especificamente destinados a programas de saúde.	
1.7.9.1.51.0.0	Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos financeiros recebidos de pessoas físicas, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas especificamente destinados a programas de educação.	
1.7.9.1.99.0.0	Outras Transferências de Pessoas Físicas	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de pessoas físicas quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes, não especificados anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
1.7.9.2.00.0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de depósitos não identificados, decorrentes de doações, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.9.2.01.0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	SOF	Registra as receitas provenientes de depósitos não identificados, decorrentes de doações, quando destinados a atender despesas classificáveis como correntes.	
1.7.9.9.00.0.0	Outras Transferências Correntes	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de transferências correntes que não se enquadram nos itens anteriores.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.7.9.9.99.0.0	Outras Transferências Correntes	SOF	Registra as receitas provenientes de transferências correntes não especificados anteriormente.	
1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	STN/SOF	Agrega recursos não classificáveis nos origens de receitas correntes anteriores.	
1.9.1.0.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes de multas de caráter punitivo aplicadas por órgãos ou entidades.	
1.9.1.1.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	STN/SOF	Agrega as receitas oriundas de multas administrativas, contratuais e judiciais.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022



TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.9.1.1.01.0.0	Multas Previstas em Legislação Específica	SOF	Registra receitas decorrentes de multas de caráter punitivo aplicadas por órgãos ou entidades, quando: i) a aplicação da multa for determinada por dispositivos legais que não possuam códigos de natureza de receita específicos para o recolhimento; e ii) quando o destinatário da totalidade da receita auferida por meio da aplicação da multa for a própria Unidade responsável por aplicá-la.	
1.9.1.1.02.0.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	SOF	Agrega as receitas decorrentes de multas aplicadas por infração à Lei Geral de Telecomunicações - LGT e cometidas por concessionários de serviços de telecomunicações e de radiodifusão.	Portaria SEAFI nº 1, de 29 de Março de 2019 (SOF)
1.9.1.1.02.1.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de multas aplicadas por infração à Lei Geral de Telecomunicações - LGT e cometidas por concessionários de serviços de telecomunicações e de radiodifusão e que não são provenientes de posições orbitais.	
1.9.1.1.02.2.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	SOF	Registra as receitas decorrentes de multas aplicadas por infração à Lei Geral de Telecomunicações - LGT e cometidas por concessionários de serviços de telecomunicações e de radiodifusão e que são provenientes de posições orbitais.	
1.9.1.1.03.0.0	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial	SOF	Registra receitas decorrentes de multas aplicadas por infração à legislação do seguro desemprego e abono salarial.	
1.9.1.1.04.0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	SOF	Registra as receitas oriundas de multas aplicadas por infrações à legislação sobre defesa de direitos difusos.	
1.9.1.1.05.0.0	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica	SOF	Registra Multas aplicadas pela ANEEL (auto de infração) a Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas de Energia Elétrica	
1.9.1.1.06.0.0	Multas por Danos Ambientais	SOF	Agrega receitas provenientes de multas aplicadas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
1.9.1.1.06.1.0	Multas Administrativas por Danos Ambientais	SOF	Registra receitas provenientes de sanções administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente aplicadas por órgãos fiscalizadores.	
1.9.1.1.06.2.0	Multas Judiciais por Danos Ambientais	SOF	Registra receitas decorrentes de multas aplicadas por determinação judicial, relativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	
1.9.1.1.07.0.0	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	SOF	Registra multas aplicadas por Tribunais de Contas pelo não cumprimento a decisão daqueles Tribunais.	
1.9.1.1.08.0.0	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	SOF	Registra receitas decorrentes de multas aplicadas no âmbito de processos judiciais.	
1.9.1.1.09.0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos	SOF	Registra receitas de multas e juros de mora destinados à indenização pelo atraso no cumprimento de obrigação e multas de caráter punitivo ou moratório decorrentes de inobservância de obrigações contratuais.	
1.9.1.1.10.0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar	SOF	Registra receitas decorrentes de multas aplicadas pelo descumprimento da obrigatoriedade de que trata a legislação sobre regime de previdência privada complementar.	
1.9.1.1.11.0.0	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória	SOF	Registra as receitas decorrentes da inobservância ou descumprimento de obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária, tais como multas relacionadas ao atraso no envio de informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP; multas relacionadas à falta de envio, pelos titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais à Previdência Social, do registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior; multas relacionadas à não comunicação, pela empresa, de ocorrência de acidente de trabalho ou morte de seus empregados; multas relacionadas à situação em que o empregador não desconta ou desconta em atraso, da remuneração dos segurados ao seu serviço, a importância proveniente de dívida ou responsabilidade por eles contraída junto à seguridade social, relativa a benefícios pagos indevidamente; e multas aplicadas pelo juiz ou tribunal ao litigante de má-fé nos casos em que o INSS figura como parte no processo, dentre outras.	
1.9.1.1.12.0.0	Multas Previstas na Legislação Antidrogas	SOF	Registra as receitas que se originaram de multas por infração às normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.	
1.9.1.1.13.0.0	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção	SOF	Agrega as receitas que se originaram de multas por infrações cometidas por pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 2013.	
1.9.1.1.13.1.0	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização	SOF	Registra as receitas que se originaram de multas por infração cometidas por pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 2013, aplicadas através de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, conforme Art. 6º, inciso I da mencionada lei.	
1.9.1.1.13.2.0	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência	SOF	Registra as receitas que se originaram de multas por infração cometidas por pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 2013, aplicadas através do Acordo de Leniência previsto no §2º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	
1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	STN/SOF	Agrega as receitas oriundas de indenizações, restituições e ressarcimentos ao ente público.	
1.9.2.1.00.0.0	Indenizações	STN/SOF	Agrega as receitas advindas da reparação por perdas ou danos causados ao ente público.	
1.9.2.1.01.0.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	SOF	Registra o valor dos recursos recebidos como indenização por danos causados ao patrimônio público ou indenização por Posse/Ocupação Ilícita de Bens da União.	
1.9.2.1.02.0.0	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos	SOF	Registra o valor das receitas de indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União.	
1.9.2.1.03.0.0	Indenização por Sinistro	SOF	Registra receitas provenientes da ocorrência de sinistro nas operações de seguros com o objetivo de garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. Decorrentes de contratos junto a entidades legalmente constituídas como seguradoras, nas quais o poder público figure como segurado.	
1.9.2.1.99.0.0	Outras Indenizações	SOF	Registra recursos recebidos como ressarcimento por danos causados ao patrimônio público, não classificados nos itens anteriores.	
1.9.2.2.00.0.0	Restituições	STN/SOF	Agrega recursos referentes a devoluções em decorrência de pagamentos indevidos e reembolso ou retorno de pagamentos efetuados a título de antecipação.	
1.9.2.2.01.0.0	Restituição de Convênios	SOF	Agrega receitas decorrentes da restituição ao concedente ou ao Tesouro do ente, do saldo de recursos de convênios ou instrumentos congêneres realizados, quando da conclusão com sobre de recursos ou em virtude de denúncia, rescisão ou extinção do convênio.	
1.9.2.2.01.1.0	Restituição de Convênios - Primárias	SOF	Registra receitas primárias decorrentes da restituição ao concedente ou ao Tesouro Nacional, do saldo de recursos de convênios ou instrumentos congêneres realizados em fontes primárias ou financeiras de recursos, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio.	
1.9.2.2.01.2.0	Restituição de Convênios - Financeiras	SOF	Registra receitas primárias decorrentes da restituição ao concedente ou ao Tesouro Nacional, do saldo de recursos de convênios ou instrumentos congêneres realizados em fontes primárias ou financeiras de recursos, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio.	
1.9.2.2.02.0.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados	SOF	Registra receitas decorrentes de restituições, ao órgão concedente, de benefícios que não foram desembolsados em exercícios anteriores, ou mesmo pagos com erro ou fraude.	
1.9.2.2.03.0.0	Restituição de Benefícios Previdenciários	SOF	Registra as receitas provenientes de restituição dos benefícios previdenciários.	
1.9.2.2.04.0.0	Restituição de Benefícios Assistenciais	SOF	Registra receitas provenientes de restituição dos benefícios oriundos de pagamentos de Encargos Previdenciários da União - EPU, bem como dos Benefícios de Prestação Continuada - BPC e de Renda Mensal Vitalícia - RMV, conforme a Lei nº 8.472, de 2007 e o Decreto nº 6.214, de 2007.	
1.9.2.2.05.0.0	Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares	SOF	Registra receitas relativas à restituição de contribuições previdenciárias complementares, como no caso de pagamentos por parte da Administração às fundações de previdência privada, relativas aos servidores que se aposentam.	
1.9.2.2.06.0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	SOF	Agrega o valor de receitas decorrentes de recuperação de despesas efetuadas em exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente, provenientes do recebimento de disponibilidades referentes a devoluções de recursos pagos a maior.	
1.9.2.2.06.3.0	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores	SOF	Registra o valor de receitas provenientes do cancelamento (restituição/recuperação/devolução) de despesas primárias executadas/pagas em exercícios anteriores, canceladas apenas no exercício corrente	Portaria SOF de 15 de junho

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.9.2.2.06.4.0	Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores	SOF	Registra o valor de receitas provenientes do cancelamento (restituição/recuperação/devolução) de despesas financeiras executadas/pagas em exercícios anteriores, canceladas apenas no exercício corrente.	Portaria SOF nº 6.840, de 15 de junho de 2021.
1.9.2.2.07.0.0	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente	SOF	Registra receita decorrente do pagamento do Seguro Desemprego pago indevidamente ao segurado (beneficiário) desse serviço seja obtido por meio de fraude ou seja obtido de forma legal, mas indevida. Verificada essa ocorrência cabe à administração adotar procedimentos que visam à recuperação da importância paga indevidamente podendo, inclusive, gerar ajustamento de ação executiva correspondente.	
1.9.2.2.08.0.0	Restituição de Garantias Prestadas	SOF	Registra receitas decorrentes da Recuperação de Garantias Prestadas pela União em operações de crédito à exportação. Registra a receita decorrente do pagamento de prestação inadimplida que já foi objeto de indenização nas operações amparadas pelo Seguro de Crédito à Exportação, com recursos orçamentários e financeiros alocados no Fundo.	
1.9.2.2.09.0.0	Restituição de Recursos de Fomento	SOF	Agrega as receitas decorrentes da devolução de recursos repassados pelo agente financeiro como resultado da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do contrato de financiamento, ou, ainda, pelo descumprimento dos projetos, pela não-efetivação do investimento ou pela sua realização em desacordo com o estatuto em contrato.	
1.9.2.2.10.0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais	SOF	Agrega as receitas advindas da devolução de recursos referentes ao abatimento de imposto de Renda concedido pela Lei Rouanet (Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991), no caso de não aplicação dos referidos recursos no desenvolvimento de projetos culturais, produção de obras audiovisuais e cinematográficas brasileiras no devido prazo legal.	
1.9.2.2.10.1.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet	SOF	Registra as receitas advindas da devolução de recursos referentes ao abatimento de Imposto de Renda concedido pela Lei Rouanet (Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991), no caso de não aplicação dos referidos recursos no desenvolvimento de projetos culturais, produção de obras audiovisuais e cinematográficas brasileiras no devido prazo legal.	
1.9.2.2.10.2.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual	SOF	Registra as receitas advindas da devolução de recursos referentes ao abatimento de Imposto de Renda concedido pela Lei do Audiovisual (Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993), no caso de não aplicação dos referidos recursos no desenvolvimento de projetos culturais, produção de obras audiovisuais e cinematográficas brasileiras no devido prazo legal.	
1.9.2.2.11.0.0	Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais	SOF	Registra a devolução de recursos pelos partidos políticos, candidatos e comitês financeiros, oriundos do exame das prestações de contas de campanhas eleitorais e partidárias consideradas irregulares por falta de comprovação da aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário.	
1.9.2.2.12.0.0	Restituição de Depósitos de Setenças Judiciais não Sacados	SOF	Registra receitas decorrentes de restituições, ao órgão concedente, de depósitos relativos a precatórios e a sentenças de pequeno valor que não foram sacados pelos respectivos beneficiários há mais de dois anos.	
1.9.2.2.13.0.0	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público	SOF	Registra receitas decorrentes de restituições de aportes financeiros dos Patrocinadores em favor da Funpresp-Exe, da Funpresp-Leg e da Funpresp-Jud, a título de adiantamento de contribuições futuras, necessários ao regular funcionamento inicial da Funpresp.	Portaria SEAFI nº 2, de 04 de Abril de 2019 (SOF)
1.9.2.2.50.0.0	Restituições de Recursos Recebidos do SUS	STN	Registra as receitas oriundas de restituições ao ente público de recursos do SUS.	
1.9.2.2.51.0.0	Restituições de Recursos do FUNDEB	STN	Registra as receitas oriundas de restituições ao ente público de recursos do Fundeb que tenham sido utilizados indevidamente ou não tenham sido utilizados.	
1.9.2.2.99.0.0	Outras Restituições	SOF	Registra receitas decorrentes de restituições não classificadas nos itens anteriores.	
1.9.2.3.00.0.0	Ressarcimentos	STN/SOF	Agrega recursos referentes a ressarcimentos recebidos pelo ente público.	
1.9.2.3.01.0.0	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde	SOF	Registra receitas de ressarcimentos por operadoras de seguros privados de assistência à saúde.	
1.9.2.3.02.0.0	Ressarcimento de Custos	SOF	Registra receitas oriundas do ressarcimento de custos	
1.9.2.3.03.0.0	Reversão de Garantias	SOF	Registra as receitas relativas à incorporação de valores perdidos em favor da União, quando nos casos de reversão de depósito de garantias, ou outros semelhantes, nos casos relacionados a contratos administrativos.	
1.9.2.3.04.0.0	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS	SOF	Registra os recursos decorrentes do ressarcimento de ações regressivas oriundas da relação de trabalho.	
1.9.2.3.99.0.0	Outros Ressarcimentos	SOF	Registra receitas oriundas de ressarcimentos não previstos nos itens anteriores	
1.9.3.0.00.0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público.	
1.9.3.1.00.0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, de 11/02/2021
1.9.3.1.01.0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público	SOF	Registra as receitas relativas à alienação de bens, direitos e valores, objeto da pena de perdimento em favor da União.	
1.9.3.1.02.0.0	Alienação de Bens Apreendidos	SOF	Agrega receitas oriundas de bens apreendidos pelos órgãos fiscalizadores.	
1.9.3.1.02.1.0	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos	SOF	Registra receitas de leilão de mercadorias apreendidas pelos órgãos fiscalizadores, objeto de perdimento em favor da União, Estado ou Município.	
1.9.3.1.02.2.0	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins	SOF	Registra receitas provenientes da alienação de bens e valores que tenham sido objeto de perdimento em favor da União, associados ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, inclusive as glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.	
1.9.3.1.03.0.0	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)	SOF	Registra receitas decorrentes do produto de depósitos abandonados (dinheiro ou objetos de valor), sendo originária da extinção de contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, são considerados abandonados os bens não-reclamados pelos seus proprietários no prazo e voluntário de bens de qualquer espécie, são considerados abandonados os bens não-reclamados pelos seus proprietários no prazo de cinco anos após o fim do contrato. Aplicam-se essas disposições aos créditos resultantes de contratos de qualquer natureza em poder de estabelecimentos bancários, comerciais, industriais e Caixas Econômicas, não movimentados ou reclamados durante 25 anos.	
1.9.3.1.04.0.0	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos	SOF	Registra receitas decorrentes de prêmios de concursos de prognósticos não procurados pelos contemplados dentro de prazo de prescrição.	
1.9.3.1.05.0.0	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos	SOF	Registra as receitas que somente passaram a ser reconhecidas como orçamentárias por força de Decisões no âmbito da Justiça ou de Tribunais Administrativos, como por exemplo os Tribunais de Contas dos entes federados.	
1.9.3.1.06.0.0	Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal	SOF	Registra receitas provenientes de renúncia voluntária em acordo de não persecução penal.	Portaria nº 22.456, de outubro de 2021
1.9.4.0.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes de receitas de capital.	
1.9.4.1.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens móveis.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 14, de 11/02/2021
1.9.4.1.01.0.0	Multas e Juros de Mora da Alienação de Investimentos	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes da alienação de investimentos.	
1.9.4.1.02.0.0	Multas e Juros da Alienação de Estoques	SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes da alienação de estoques.	
1.9.4.1.02.1.0	Multas e Juros de Alienação de Estoques - Política de Garantia de Preços Mínimos	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de alienação de estoques referentes a política de garantia de preços mínimos.	
1.9.4.1.02.2.0	Multas e Juros de Alienação de Estoques - Destinados a Programas Sociais	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de alienação de estoques destinados a programas sociais.	
1.9.4.1.02.3.0	Multas e Juros de Alienação de Estoques - Programa de Aquisição de Alimentos	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de alienação de estoques referentes ao programa de aquisição de alimentos.	
1.9.4.1.02.4.0	Multas e Juros de Alienação de Estoques - Funcafé	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de alienação de estoques referentes ao Funcafé.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.9.4.1.03.0.0	Multas e Juros de Mora de Bens Móveis e Semoventes	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros de bens móveis e semoventes	
1.9.4.1.99.0.0	Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Móveis	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros de bens de alienações de bens móveis, não especificados anteriormente.	
1.9.4.2.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens imóveis.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.9.4.2.01.0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens imóveis em geral.	
1.9.4.2.02.0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens imóveis do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária.	
1.9.4.2.03.0.0	Multas e Juros de Mora do Adicional sobre Alienações de Bens Imóveis	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros de mora do adicional sobre alienações de bens imóveis	
1.9.4.2.99.0.0	Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Imóveis	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros de bens de alienações de bens imóveis, não especificados anteriormente.	
1.9.4.3.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Intangíveis	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens intangíveis.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.9.4.3.01.0.0	Multas e Juros da Alienação de Bens Intangíveis	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes das alienações de bens intangíveis.	
1.9.4.4.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes das amortizações de empréstimos.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.9.4.4.01.0.0	Multas e Juros de Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de empréstimos - BEA/BIB	
1.9.4.4.02.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização proveniente da execução de garantia - Operações de Crédito	
1.9.4.4.03.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de empréstimos - Estados e Municípios	
1.9.4.4.04.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo	
1.9.4.4.05.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito	
1.9.4.4.06.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de empréstimos contratuais.	
1.9.4.4.07.0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos	SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de financiamento.	
1.9.4.4.07.1.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de financiamento em geral.	
1.9.4.4.07.2.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	
1.9.4.4.07.3.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de amortização de financiamento Proveniente de Fundo Garantidor	
1.9.4.9.00.0.0	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega receitas oriundas de multas e juros decorrentes de outras receitas de capital.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.9.4.9.99.0.0	Multas e Juros de Outras Receitas de Capital	SOF	Registra as receitas oriundas de multas e juros decorrentes de outras receitas de capital.	
1.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes	STN/SOF	Agrega receitas auferidas pela União não abrangidas pelos itens anteriores	
1.9.9.9.00.0.0	Outras Receitas Correntes	STN/SOF	Registra as receitas provenientes de outras receitas correntes.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
1.9.9.9.01.0.0	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	SOF	Registra as receitas do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, decorrentes da realização de aportes periódicos para a amortização de déficit atuarial desse Regime, definido em lei em observância à legislação em vigor, com o objetivo de equilibrar o plano de previdência do respectivo ente da Federação.	
1.9.9.9.02.0.0	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	SOF	Registra as receitas relativas à compensação devida pela União ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social pela renúncia previdenciária decorrente da desoneração da folha de pagamentos.	
1.9.9.9.03.0.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	SOF	Registra as receitas relativas a compensações financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores.	
1.9.9.9.04.0.0	Contribuição ao Montepio Civil	SOF	Registra receitas remanescentes de recursos de contribuição de servidores federais anteriormente habilitados a aderir ao Montepio Civil da União (instituto não reconhecido pela Constituição Federal de 1988) para pagamento de pensão a seus dependentes. Foram habilitados para solicitar adesão ao Montepio Civil da União os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União; os Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, os Juizes-Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juizes do Trabalho-Substitutos; os Juizes Federais; os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e os Juizes de Direito do Distrito Federal; os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e os Juizes de Direito, no mesmo Estado, ambos de Investidura Federal; e o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União. A alíquota da contribuição é de 4%, incidente sobre os vencimentos e acréscimos percebidos mensalmente pelo contribuinte. Segundo o Parecer AGU/AG-01/2012, da Advocacia Geral da União, o montepio detém natureza de previdência complementar, ainda que ajustado como um contrato ou como uma poupança; por isso, na essência, deve ser tratado num contexto de relações de natureza previdenciária.	
1.9.9.9.05.0.0	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior	SOF	Registra receita decorrente de realização de leilão de cotas de importação, medida de salvaguarda destinada a proteger a produção nacional, por meio da imposição de quotas quantitativas definidas em leilão.	
1.9.9.9.06.0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	SOF	Registra receitas decorrentes de contrapartida por parte de beneficiários de programas de concessão de subvenções ou subsídios.	



TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
1.9.9.9.07.0.0	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	SOF	Registra recursos destinados a cumprir as finalidades legais do Fundo Social, mediante aplicação em programas e projetos voltados ao desenvolvimento social e regional, combate à pobreza e ao desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, de acordo com o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	
1.9.9.9.08.0.0	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT	SOF	Agrega as receitas provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio. Os outros 50% permanecem com as companhias seguradoras, não constituindo receita pública.	
1.9.9.9.08.1.0	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT	SOF	Registra as receitas provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres deverão repassar à Seguridade Social 50% (cinquenta por cento) do valor total do prêmio. Os outros 50% permanecem com as companhias seguradoras, não constituindo receita pública.	
1.9.9.9.08.2.0	Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT	SOF	Registra as receitas decorrentes da reversão da provisão de sinistros IBNR do DPVAT. Essas receitas correspondem à diferença entre os recursos acumulados nas provisões técnicas do balanço do Consórcio do Seguro DPVAT e o valor necessário para o pagamento das obrigações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., que foram revertidas para a União por força do art. 3º da Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.	
1.9.9.9.09.0.0	Prestação de Contas Eleitorais	SOF	Registra recursos, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro - inclusive na forma de publicidade de qualquer espécie - recebidos por partido político, comitê financeiro ou candidato. Abrange, também, o recolhimento de valores apurados como sobras de campanha plebiscitária.	
1.9.9.9.10.0.0	Reserva Global de Reversão	SOF	Registra as receitas de quota anual de reversão, que tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos energia elétrica. A quota é fixada em 2,5% e incide sobre os investimentos dos concessionários do serviço público de energia elétrica, observado o limite de 3% da receita anual do concessionário.	
1.9.9.9.11.0.0	Variação Cambial	SOF	Registra o valor total da receita financeira relativa às diferenças, para maior, de câmbio ocorridas em depósitos bancários ou transferências de recursos financeiros em moeda estrangeira.	
1.9.9.9.12.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	SOF	Agrega as receitas relativas a encargos legais pela inscrição em Dívida Ativa e as receitas de ônus de sucumbência.	
1.9.9.9.12.1.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa	SOF	Registra as receitas correspondentes aos encargos legais exigidos na ato da inscrição de créditos em dívida ativa da União, bem como nas hipóteses de cobrança judicial do executado, a serem recolhidas como renda da União.	
1.9.9.9.12.2.0	Ônus de Sucumbência	SOF	Registra as receitas provenientes de sentença judicial que condena o vencido a pagar honorários advocatícios de sucumbência, no caso dos advogados públicos, nos termos do art. 85, caput e § 19, do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.	
1.9.9.9.13.0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal	SOF	Agrega as receitas recebidas de órgãos, entidades ou fundos, em razão de uma determinação legal ou constitucional.	
1.9.9.9.13.1.0	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional	SOF	Registra o montante de recursos que as superintendências de desenvolvimento regional, quais sejam, Sudam, Sudene e Sudeco, recebem de seus respectivos fundos de desenvolvimento regional, FDA, FDNE e FDCO, calculado como um percentual de cada liberação de recursos realizada por tais fundos.	
1.9.9.9.15.0.0	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB	SOF	Registra receitas oriundas de créditos da Fazenda Pública de natureza tributária ou não tributária. Essa natureza de Receita tem seu uso restrito à projeção do ingresso de receitas, vedado seu uso para registrar a efetiva arrecadação, no SIAFI.	
1.9.9.9.16.0.0	Títulos Executivos Extrajudiciais	SOF	Agrega receitas provenientes de títulos executivos extrajudiciais.	
1.9.9.9.16.1.0	Termo de Ajustamento de Conduta - TAC	SOF	Registra as receitas provenientes de termo de ajustamento de conduta - TAC.	
1.9.9.9.17.0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM	SOF	Registra as receitas provenientes da alienação de estoques da política de garantia de preços mínimos - PGPM	
1.9.9.9.99.0.0	Outras Receitas	SOF	Agrega receitas que não se enquadram nos itens anteriores.	
1.9.9.9.99.1.0	Outras Receitas Administradas pela RFB	SOF	Registra receitas Administradas pela RFB que não se enquadram em nenhuma outra classificação específica.	
1.9.9.9.99.2.0	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	SOF	Registra as receitas primárias que não se enquadram nos itens anteriores.	
1.9.9.9.99.3.0	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	SOF	Registra as receitas financeiras que não se enquadram nos itens anteriores.	
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas de capital, que são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; além dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.	
2.1.0.0.00.0.0	Operações de Crédito	STN/SOF	Agrega as operações de crédito, que são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se, ainda, à operação de crédito, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.	
2.1.1.0.00.0.0	Operações de Crédito - Mercado Interno	STN/SOF	Agrega as operações de crédito internas, que compreendem os recursos decorrentes da colocação no mercado interno de títulos públicos, financiamentos ou empréstimos obtidos no país junto a entidades estatais ou particulares.	
2.1.1.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno	STN/SOF	Agrega recursos provenientes da colocação, no mercado interno, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados aos diversos fins especificados em normativos legais. Os títulos da dívida pública podem ser emitidos com três finalidades: financiar o déficit orçamentário; realizar operações com fins específicos, definidos em lei; e operacionalizar a política monetária. Registra o valor da receita decorrente da colocação no mercado interno de títulos do governo federal, estadual ou municipal.	
2.1.1.1.01.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno	SOF	Registra recursos provenientes da colocação, no mercado interno, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados aos diversos fins especificados em normativos legais, excetuados aqueles destinados ao refinanciamento da dívida pública federal.	
2.1.1.1.02.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno	SOF	Registra os recursos provenientes da colocação, no mercado interno, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados ao refinanciamento da dívida pública mobiliária. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, define o refinanciamento da dívida mobiliária, como sendo a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.	
2.1.1.1.03.0.0	Títulos da Dívida Agrária - TDA	SOF	Registra os Títulos da Dívida Agrária - TDA, que foram criados para viabilizar o pagamento das indenizações, para fins de reforma agrária, conforme disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Os recursos oriundos da emissão desses títulos são destinados ao cumprimento das indenizações por desapropriações de imóveis rurais para fins de colonização e reforma agrária, dentro das ações previstas no Plano Nacional de Reforma Agrária.	
2.1.1.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de obrigações contratuais no mercado interno, decorrentes de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, ou concessão de qualquer garantia que represente compromisso, autorizadas por leis específicas.	
2.1.1.2.01.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	SOF	Registra as receitas provenientes de obrigações contratuais no mercado interno, decorrentes de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, ou concessão de qualquer garantia que represente compromisso, autorizadas por leis específicas.	
2.1.1.2.50.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	STN	Registra o valor de arrecadação de receita com operações de crédito internas relativas a programas de educação.	

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Corresponsável
2.1.1.2.51.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito internas relativas a programas de saúde.	
2.1.1.2.52.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito internas relativas a programas de saneamento.	
2.1.1.2.53.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito internas relativas a programas de meio ambiente.	
2.1.1.2.54.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com operações de crédito internas relativas a programas de modernização da máquina pública.	
2.1.1.2.55.0.0	Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com operações de crédito internas para refinanciamento da dívida contratual.	
2.1.1.2.56.0.0	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	STN	Registra o valor da arrecadação da receita de operações de crédito internas relativas a programas de moradia popular.	
2.1.1.3.00.0.0	Empréstimos Compulsórios	STN/SOF	Agrega as receitas decorrentes de empréstimos compulsórios. O art. 148 da Constituição estabelece que a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.	
2.1.1.3.01.0.0	Empréstimos Compulsórios	SOF	Registra as receitas decorrentes de empréstimos compulsórios. O art. 148 da Constituição estabelece que a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.	
2.1.1.9.00.0.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes da contratação de operação de crédito no mercado interno não contempladas nos itens anteriores.	
2.1.1.9.99.0.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	SOF	Registra receitas decorrentes da contratação de operação de crédito no mercado interno não contempladas nos itens anteriores.	
2.1.2.0.00.0.0	Operações de Crédito - Mercado Externo	STN/SOF	Agrega as receitas de operações de crédito externas. Compreendem os recursos decorrentes da colocação no mercado externo de títulos públicos, financiamentos ou empréstimos obtidos no país junto a entidades estatais ou particulares.	
2.1.2.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo	STN/SOF	Agrega os recursos provenientes da colocação, no mercado externo, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados aos diversos fins especificados em normativos legais. Os títulos da dívida pública podem ser emitidos com três finalidades: financiar o déficit orçamentário; realizar operações com fins específicos, definidos em lei; e operacionalizar a política monetária. Registra o valor da receita decorrente da colocação no mercado interno de títulos de governo federal, estadual ou municipal.	
2.1.2.1.01.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - exceto Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo	SOF	Registra os recursos provenientes da colocação, no mercado externo, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados a fins específicos, autorizados em normativos legais. As operações externas, de natureza financeira, dependem, ainda, de autorização do Senado Federal, conforme disposto na Constituição Federal, art. 52.	
2.1.2.1.02.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo	SOF	Registra os recursos provenientes da colocação, no mercado externo, de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados ao refinanciamento da dívida pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, define o refinanciamento da dívida mobiliária, como sendo a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido de atualização monetária.	
2.1.2.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de obrigações contratuais externas, decorrentes de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, ou concessão de qualquer garantia que represente compromisso, relativas a programas de governo, tais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, dentre outros.	
2.1.2.2.01.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	SOF	Registra as receitas provenientes de obrigações contratuais externas, decorrentes de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, ou concessão de qualquer garantia que represente compromisso, relativas a programas de governo, tais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, dentre outros.	
2.1.2.2.50.0.0	Operações de Crédito Externas para Programas de Educação	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito externas relativas a programas de educação.	
2.1.2.2.51.0.0	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito externas relativas a programas de saúde.	
2.1.2.2.52.0.0	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito externas relativas a programas de saneamento.	
2.1.2.2.53.0.0	Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito externas relativas a programas de meio ambiente.	
2.1.2.2.54.0.0	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	STN	Registra o valor da arrecadação de receita com operações de crédito externas relativas a programas de modernização da máquina pública.	
2.1.2.2.55.0.0	Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	STN	Registra o valor da arrecadação da receita com operações de crédito externas para refinanciamento da dívida contratual.	
2.1.2.9.00.0.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	STN/SOF	Agrega os recursos provenientes de outras operações de crédito externas que não se enquadram nos itens anteriores.	
2.1.2.9.99.0.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	SOF	Registra os recursos provenientes de outras operações de crédito externas que não se enquadram nos itens anteriores.	
2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens	STN/SOF	Agrega os recursos provenientes da venda de bens móveis e imóveis e da alienação ou resgate de títulos.	
2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis	STN/SOF	Agrega o valor da receita de alienação de bens móveis tais como: mercadorias, bens insensíveis ou desnecessários, dentre outros.	
2.2.1.1.00.0.0	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres	STN/SOF	Agrega o valor da receita obtida com a alienação ou resgate de títulos e valores mobiliários.	
2.2.1.1.01.0.0	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporárias	SOF	Registra o valor da receita obtida com a alienação ou resgate de títulos e valores mobiliários temporários.	
2.2.1.1.02.0.0	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes	SOF	Registra as receitas provenientes da alienação de títulos mobiliários classificados como Ativo Não Circulante relativos a investimentos e Participações Permanentes.	
2.2.1.2.00.0.0	Alienação de Estoques	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da venda de estoques públicos ou privados, em consonância com a política agrícola nacional.	
2.2.1.2.01.0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM	SOF	Registra as receitas provenientes da venda de produtos agrícolas contemplados pela política agrícola, na forma disposta do art. 174, da Constituição Federal, de 1988, cujo objetivo é exercer a função de planejamento promovendo, regulando, fiscalizando, controlando e avaliando as atividades de suprir necessidades e de assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícola, regulando o abastecimento interno, especialmente o alimentar, reduzindo as disparidades regionais.	
2.2.1.2.02.0.0	Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais	SOF	Registra as receitas provenientes da venda de produtos alimentícios, higiênicos e de limpeza, destinados ao atendimento de programas sociais e institucionais de abastecimento alimentar (parceiras e cestas básicas), promovidas por instituições públicas, objeto de acordo, contrato, convênio ou instrumentos congêneres.	
2.2.1.2.03.0.0	Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	SOF	Agrega as receitas provenientes da alienação de estoques de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, cujos produtos foram adquiridos mediante recursos transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.	
2.2.1.2.04.0.0	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ	SOF	Agrega as receitas provenientes da venda de estoques de café, contemplados pela política de garantia de preços mínimos, adquiridos com recursos do Tesouro Nacional.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da alienação de bens móveis e semoventes. Compreende a alienação de animais, veículos, móveis, equipamentos e utensílios.	
2.2.1.3.01.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	SOF	Agrega as receitas provenientes da alienação de bens móveis e semoventes. Compreende a alienação de animais, veículos, móveis, equipamentos e utensílios.	
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da alienação de bens imóveis, de propriedade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios..	
2.2.2.1.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da alienação de bens imóveis, de propriedade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	
2.2.2.1.01.0.0	Alienação de Bens Imóveis	SOF	Registra as receitas provenientes da alienação de bens imóveis, de propriedade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	
2.2.2.1.02.0.0	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Imobiliária da União	SOF	Registra a receita proveniente da alienação de bens imóveis, conforme Programa de Administração Imobiliária da União.	
2.2.2.1.03.0.0	Adicional sobre a Alienação de Bens Imóveis	SOF	Registra as receitas provenientes do adicional sobre a alienação de bens imóveis. Atualmente, há previsão legal para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, disposta no § 5º do art. 14 da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	
2.2.3.0.00.0.0	Alienação de Bens Intangíveis	STN/SOF	Agrega as receitas da alienação de bens intangíveis, tais como marcas, patentes, títulos de licença, direitos de franquia, direitos autorais, entre outros. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.	
2.2.3.1.00.0.0	Alienação de Bens Intangíveis	STN/SOF	Agrega as receitas da alienação de bens intangíveis, tais como marcas, patentes, títulos de licença, direitos de franquia, direitos autorais, entre outros. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.	
2.2.3.1.01.0.0	Alienação de Bens Intangíveis	SOF	Registra as receitas da alienação de bens intangíveis, tais como marcas, patentes, títulos de licença, direitos de franquia, direitos autorais, entre outros. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.	
2.3.0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos pela União em títulos e contratos. Por amortização de empréstimo entende-se pagamento de empréstimo ou financiamento, em prestações fixas, sem considerar os juros e correção monetária referentes.	
2.3.1.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos pela União em títulos e contratos. Por amortização de empréstimo entende-se pagamento de empréstimo ou financiamento, em prestações fixas, sem considerar os juros e correção monetária referentes.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
2.3.1.1.00.0.0	Amortização de Empréstimos	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos pela União em títulos e contratos. Por amortização de empréstimo entende-se pagamento de empréstimo ou financiamento, em prestações fixas, sem considerar os juros e correção monetária referentes.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
2.3.1.1.01.0.0	Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	SOF	Registra as receitas provenientes do Bond Exchange Agreement - BEA, acordo por meio do qual foram reestruturados juros atrasados devidos pelo setor público brasileiro no período de julho de 1989 a dezembro de 1990 a credores privados estrangeiros. Em 20 de novembro de 1992, esses juros foram permutados por bônus de emissão da União, segundo as disposições da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991. Pela Resolução, ficou assegurado aos mutuários originais o repasse das condições do Acordo mediante contratação dos empréstimos financeiros internos, com prestações semestrais em junho e dezembro, autorizados pelas Portarias MF nº 211, de 1995, e nº 157, de 1997, o qual encerrou-se em 1º de janeiro de 2001. O Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB representa o Acordo por intermédio do qual foram trocadas por bônus de emissão da União, em 31 de agosto de 1989, parcelas do principal da dívida devida pelo setor público brasileiro a credores externos, vencidas entre 1987 e 1993. Pela Resolução nº 96, de 1993, o Senado Federal autorizou o repasse dos benefícios do Acordo aos devedores originais, mediante celebração de contratos de financiamento interno. As Portarias MF nº 208, de 1995, e nº 166, de 1997, disciplinam a formalização dos instrumentos contratuais com prestações semestrais em março e setembro, o qual tem como vencimento em 15 de setembro de 2013.	
2.3.1.1.02.0.0	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito	SOF	Registra os recursos oriundos da retenção de receitas próprias de Estados e Municípios em função do não-pagamento de dívidas nas quais a União foi garantidora. A legislação aplicável à honra de aval concedido pela União em operações de crédito externas é o Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984. Com relação à honra de aval interna, aplica-se a Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000. Quando o devedor original, por qualquer razão, não efetua o pagamento de sua dívida, a União, como garantidora, realiza o pagamento da prestação em atraso, sub-rogando-se no crédito respectivo junto ao devedor.	
2.3.1.1.03.0.0	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	SOF	Registra receitas provenientes da amortização de empréstimos concedidos pela União aos Estados e Municípios, no âmbito do programa de renegociação de dívidas externas, instituído pela Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989. Inclui, também, as operações de crédito internas realizadas com base no disposto nos Votos CMN nº 340 e 548, ambos de 1989, as operações de crédito internas contratadas até 30 de setembro de 1991, junto a órgãos e entidades Controlas direta ou indiretamente pela União, autorizados pela Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e o retorno de financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados autorizados pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.	
2.3.1.1.04.0.0	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo	SOF	Registra as receitas oriundas da amortização de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, no âmbito do programa de refinanciamento da dívida externa, o Plano Brady. O Plano Brady foi um acordo firmado ao amparo da Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nº 90 e 132, ambas de 1993, reestruturando a dívida de médio e longo prazos (principal vencido e vincendo, assim como juros devidos e não pagos no período de 1º de janeiro de 1991 a 15 de abril de 1994) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão em 15/04/1994 de sete tipos de bônus pela União: Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirt, C - Bond, Discount Bond, Par Bond e El Bond. A contratação do financiamento interno com os mutuários originais, formalizando o repasse das condições financeiras do acordo com prestações semestrais em abril e setembro, foi autorizada pelas Portarias MF nº 89, de 1996, nº 192, de 1996, nº 168, de 1997 e nº 364, de 2000, com termo em 15 de abril de 2024.	
2.3.1.1.05.0.0	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito	SOF	Registra receitas provenientes de amortização de empréstimos concedidos no âmbito do Programa das Operações Oficiais de Crédito - POCOC. Esse programa envolve operações desenhadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, são custeadas com recursos do Tesouro Nacional, têm encargos financeiros menores que os praticados pelo mercado, ou são contemplados com subvenção econômica direta ou indireta.	
2.3.1.1.06.0.0	Amortização de Empréstimos Contratuais	SOF	Registra as receitas provenientes de pagamento de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos que não se enquadram em categorias específicas.	
2.3.1.1.07.0.0	Amortização de Financiamentos	SOF	Agrega as receitas provenientes da amortização de financiamentos concedidos.	
2.3.1.1.07.1.0	Amortização de Financiamentos em Geral	SOF	Registra as receitas provenientes da amortização de financiamentos concedidos.	
2.3.1.1.07.2.0	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	SOF	Registra as receitas provenientes de amortização de financiamento concedido pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.	Portaria SEAFI/SOF de 18 de Julho de 2021
2.3.1.1.07.3.0	Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor	SOF	Registra as receitas referentes à amortização de financiamento proveniente de fundos garantidores.	Portaria SEAFI/SOF de 18 de Julho de 2021
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos da União ou de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.1.1.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	STN/SOF	Agrega os valores das receitas recebidas da União no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
2.4.1.1.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	STN	Agrega o valor total das transferências de capital oriundas do Fundo Nacional de Saúde referentes ao bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde, recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
2.4.1.1.50.1.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com atenção primária em saúde.	
2.4.1.1.50.2.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com atenção especializada em saúde.	
2.4.1.1.50.3.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com vigilância em saúde.	
2.4.1.1.50.4.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com assistência farmacêutica.	
2.4.1.1.50.5.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes a gastos com gestão do SUS.	
2.4.1.1.50.9.0	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	STN	Registra o valor total de transferências de capital do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde do Fundo Nacional de Saúde (União) recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ações não especificados anteriormente.	
2.4.1.1.51.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	STN	Agrega o valor total das transferências de capital oriundas do Fundo Nacional de Saúde referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços públicos de saúde, recebidos pelos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
2.4.1.1.51.1.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à atenção primária em saúde.	
2.4.1.1.51.2.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à atenção especializada em saúde.	
2.4.1.1.51.3.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à assistência farmacêutica.	
2.4.1.1.51.4.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à Vigilância em Saúde.	
2.4.1.1.51.5.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados à Gestão do SUS.	
2.4.1.1.51.9.0	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, destinados a outros programas não especificados anteriormente.	
2.4.1.1.99.0.0	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	SOF	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao bloco de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente.	
2.4.1.2.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	STN/SOF	Agrega os valores das receitas de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	
2.4.1.2.50.0.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	STN	Agrega o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes a programas de educação.	
2.4.1.2.50.1.0	Transferências para o Programa de Apoio ao Transporte Escolar para Educação Básica - CAMINHO DA ESCOLA	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao programa Caminho da Escola, conforme Lei nº 12.816 de 12/2013.	Portaria STN 387, de Junho de 2019
2.4.1.2.50.2.0	Transferências para o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007.	Portaria STN 387, de Junho de 2019
2.4.1.2.50.9.0	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes a programas de educação, não especificados anteriormente.	Portaria STN 387, de Junho de 2019
2.4.1.3.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos de transferências de capital da União recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.	
2.4.1.3.50.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	STN	Registra o valor total dos recursos de transferências de capital da União recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referentes ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.	
2.4.1.4.00.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com a União ou com suas entidades, para a realização de objetivos de interesse comum dos participantes, e destinados a custear despesas de capital. Quando o convênio for entre entidades federais, a entidade transferidora não poderá integrar o orçamento de seguridade social da União.	
2.4.1.4.50.0.0	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com a saúde, para a realização de objetivos de interesse comum dos participantes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.1.4.51.0.0	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com a União, destinados a programas de educação, para a realização de objetivos de interesse comum dos participantes, e destinados a custear despesas de capital.	

[Handwritten signature]

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
2.4.1.4.52.0.0	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com a União, destinados a programas de saneamento básico, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.1.4.53.0.0	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com a União, destinados a programas de meio ambiente, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital. Esta conta não pode ser utilizada para o registro do repasse constitucional de receita proveniente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), na forma prevista no art. 159, III da Constituição.	
2.4.1.4.54.0.0	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com a União, destinados a programas de infraestrutura em transporte, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital. Esta conta não pode ser utilizada para o registro do repasse constitucional de receita proveniente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), na forma prevista no art. 159, III da Constituição.	
2.4.1.4.99.0.0	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de transferências de convênios firmados com a União e de suas Entidades, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital, não previstos nos itens anteriores.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.1.9.00.0.0	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	STN/SOF	Registra o valor total das receitas recebidas através de transferência de outros recursos do Tesouro Nacional que não se enquadrem nos itens anteriores, tais como os recursos diretamente arrecadados por órgãos da administração direta, em especial os órgãos autônomos instituídos com base no art. 172 do Decreto-Lei nº 200/67, transferidos aos respectivos fundos.	
2.4.1.9.50.0.0	Transferências da União a Consórcios Públicos	STN	Registra o valor das transferências de capital da União recebidas pelos consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
2.4.1.9.99.0.0	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	SOF	Registra o valor total das receitas recebidas através de transferência de outros recursos do Tesouro Nacional que não se enquadrem nos itens anteriores, tais como os recursos diretamente arrecadados por órgãos da administração direta, em especial os órgãos autônomos instituídos com base no art. 172 do Decreto-Lei nº 200/67, transferidos aos respectivos fundos.	
2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos dos Estados e do Distrito Federal e de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.2.1.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Estados e DF	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos recebidos pelas demais esferas de governo e respectivas entidades da administração descentralizada, destinados ao Sistema Único de Saúde, transferidos pelos Estados, exceto as transferências de convênios.	
2.4.2.1.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	STN	Registra o valor total dos recursos recebidos pelas demais esferas de governo e respectivas entidades da administração descentralizada, destinados ao Sistema Único de Saúde, transferidos pelos Estados, exceto as transferências de convênios.	
2.4.2.2.00.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas entidades públicas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital.	
2.4.2.2.01.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de outros convênios dos Estados, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
2.4.2.2.50.0.0	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Estados, destinados ao Sistema Único de Saúde, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.2.2.51.0.0	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Estados, destinados a programas de educação, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.2.2.52.0.0	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Estados, destinados a programas de saneamento básico, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.2.2.53.0.0	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Estados, destinados a programas de meio ambiente, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital. Esta conta não pode ser utilizada para o registro do repasse constitucional de receita proveniente da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), na forma prevista no art. 159, III, § 4º da Constituição.	
2.4.2.2.54.0.0	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Estados, destinados a programas de infraestrutura em transporte, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital. Esta conta não pode ser utilizada para o registro do repasse constitucional de receita proveniente da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), na forma prevista no art. 159, III, § 4º da Constituição.	
2.4.2.2.99.0.0	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de transferências de convênios dos Estados, DF e de suas Entidades, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital, não previstos nos itens anteriores.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.2.9.00.0.0	Outras Transferências de Recursos dos Estados	STN/SOF	Agrega o valor total das receitas para atender suas necessidades de identificação. As demais esferas de governo poderão desdobrar este item, discriminando os recursos transferidos pelos Estados que não estejam especificados.	
2.4.2.9.50.0.0	Transferências dos Estados e Distrito Federal a Consórcios Públicos	STN	Registra as transferências de capital dos Estados, Distrito Federal, e de suas entidades, recebidas pelos consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
2.4.2.9.51.0.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos recebidos pelas demais esferas de governo e respectivas entidades da administração descentralizada, destinados a programas de educação, transferidos pelos Estados, exceto as transferências de convênios.	
2.4.2.9.99.0.0	Outras Transferências de Recursos dos Estados	SOF	Registra o valor total das receitas para atender suas necessidades de identificação. As demais esferas de governo poderão desdobrar este item, discriminando os recursos transferidos pelos Estados que não estejam especificados.	
2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos dos Municípios e de suas entidades, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.3.1.00.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Municípios	STN/SOF	Agrega os valores das receitas recebidas dos Municípios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS	
2.4.3.1.50.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Municípios	STN	Registra os valores das receitas recebidas dos Municípios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS	
2.4.3.2.00.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	STN/SOF	Agrega o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Municípios ou com suas entidades públicas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital.	
2.4.3.2.01.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de outros convênios dos Municípios, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital, não previstos nos itens anteriores.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
2.4.3.2.50.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios destinados a Programas de Saúde	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Municípios, destinados a programas de saúde, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.3.2.51.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Municípios, destinados a programas de educação, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	
2.4.3.2.52.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Saneamento	STN	Registra o valor dos recursos oriundos de convênios firmados com os Municípios, destinados a programas de saneamento, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA



NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
2.4.3.2.99.0.0	Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	SOF	Registra o valor dos recursos oriundos de transferências de convênios dos Municípios e de suas Entidades, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear despesas de capital, não previstos nos itens anteriores.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.3.9.00.0.0	Outras Transferências dos Municípios	STN/SOF	Agrega o valor total de outros recursos recebidos pelas demais esferas de governo e de suas entidades da administração descentralizada, transferidos pelos Municípios, não previstos nos itens anteriores.	
2.4.3.9.50.0.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	STN	Registra o valor das transferências de capital dos Municípios recebidas pelos consórcios públicos, mediante contrato ou outro instrumento.	
2.4.3.9.99.0.0	Outras Transferências dos Municípios	SOF	Registra o valor total de outros recursos recebidos pelas demais esferas de governo e de suas entidades da administração descentralizada, transferidos pelos Municípios, não previstos nos itens anteriores.	
2.4.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.4.1.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.4.1.01.0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições dotadas de personalidade jurídica de direito privado, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
2.4.4.1.50.0.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com instituições privadas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital com Programas de Saúde.	
2.4.4.1.51.0.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Educação	STN	Registra o valor total dos recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com instituições privadas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital com Programas de Educação.	
2.4.4.1.99.0.0	Outras Transferências de Instituições Privadas	SOF	Registra o valor total dos recursos recebidos, com ou sem contraprestações de serviços, oriundos de instituições privadas em modalidades distintas das anteriormente classificadas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas de capital.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.5.0.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições públicas não especificadas em outras naturezas, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.5.1.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições públicas não especificadas em outras naturezas, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.5.1.01.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de instituições públicas não especificadas em outras naturezas, decorrentes de doações, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.6.0.00.0.0	Transferências do Exterior	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.6.1.01.0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
2.4.6.1.50.0.0	Transferências do Exterior para Programas de Saúde	STN	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital, específicas para Programas de Saúde.	
2.4.6.1.51.0.0	Transferências do Exterior para Programas de Educação	STN	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital, específicas para Programas de Educação.	Portaria STN 387, de 13 de Junho de 2019
2.4.6.1.99.0.0	Outras Transferências do Exterior	SOF	Registra as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos do exterior, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital, não especificadas anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.9.0.00.0.0	Demais Transferências de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de demais transferências de capital.	PORTARIA CONJUNTA STN/SOF/ME Nº 16, DE 11/02/2021
2.4.9.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de pessoas físicas, decorrentes de doações, contratos, acordos, ajustes ou outros instrumentos, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.9.1.01.0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	SOF	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências de capital provenientes de pessoas físicas.	Replicação em 03.08.2021 da Portaria SOF nº 7.715, de 29.06.2021
2.4.9.1.50.0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Saúde	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências de capital provenientes de pessoas físicas, específicas para Programas de Saúde.	
2.4.9.1.51.0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Educação	STN	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências de capital provenientes de pessoas físicas, específicas para Programas de Educação.	
2.4.9.1.99.0.0	Outras Transferências de Pessoas Físicas	SOF	Registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências de capital provenientes de pessoas físicas, não especificadas anteriormente.	Portaria SOF/ME nº 5.118/2021
2.4.9.2.00.0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de depósitos não identificados, decorrentes de doações, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.9.2.01.0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	SOF	Registra as receitas provenientes de depósitos não identificados, decorrentes de doações, quando destinados a atender despesas classificáveis como de capital.	
2.4.9.9.00.0.0	Outras Transferências de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de transferências de capital que não se enquadram nos itens anteriores.	
2.4.9.9.99.0.0	Outras Transferências de Capital	SOF	Registra as receitas provenientes de transferências de capital não especificadas anteriormente.	
2.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes de integralização de capital social, resultado positivo do Banco Central do Brasil, as remunerações do Tesouro Nacional, os saídas de exercícios anteriores e outras receitas semelhantes.	
2.9.1.0.00.0.0	Integralização de Capital Social	STN/SOF	Agrega os recursos destinados à constituição ou aumento de capital social de empresas públicas ou de sociedades de economia mista. Cabe ressaltar que o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.	
2.9.1.1.00.0.0	Integralização de Capital Social	STN/SOF	Agrega os recursos destinados à constituição ou aumento de capital social de empresas públicas ou de sociedades de economia mista. Cabe ressaltar que o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.	
2.9.1.1.01.0.0	Integralização de Capital Social	SOF	Registra os recursos destinados à constituição ou aumento de capital social de empresas públicas ou de sociedades de economia mista. Cabe ressaltar que o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.	
2.9.2.0.00.0.0	Resultado do Banco Central	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes do resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central, após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas.	
2.9.2.1.00.0.0	Resultado do Banco Central	STN/SOF	Agrega receitas decorrentes do resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central, após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas.	
2.9.2.1.01.0.0	Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais	SOF	Registra as receitas decorrentes do resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central, decorrente das operações com Reservas e Derivativos Cambiais, após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas.	
2.9.2.1.02.0.0	Resultado do Banco Central - Demais Operações	SOF	Registra as receitas decorrentes do resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central, decorrente de operações não relacionadas a reservas e derivativos cambiais.	
2.9.3.0.00.0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da remuneração das disponibilidades da Conta Única do Tesouro, no Banco Central e Instituições Financeiras Oficiais. Por força do disposto no parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central.	

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO PARA 2022



PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
LIMAS 1928

TABELA DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

NR	Especificação	Portaria	Descrição	Norma Correspondente
2.9.3.1.00.0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	STN/SOF	Agrega as receitas provenientes da remuneração das disponibilidades da Conta Única do Tesouro, no Banco Central e Instituições Financeiras Oficiais. Por força do disposto no parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central.	
2.9.3.1.01.0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	SOF	Registra as receitas provenientes da remuneração das disponibilidades da Conta Única do Tesouro, no Banco Central e Instituições Financeiras Oficiais. Por força do disposto no parágrafo 3º do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central.	
2.9.4.0.00.0.0	Resgate de Títulos do Tesouro	STN/SOF	Agrega recursos correspondentes ao valor principal das receitas auferidas por detentores de títulos do Tesouro resgatados.	
2.9.4.1.00.0.0	Resgate de Títulos do Tesouro	STN/SOF	Agrega recursos correspondentes ao valor principal das receitas auferidas por detentores de títulos do Tesouro resgatados.	
2.9.4.1.01.0.0	Resgate de Títulos do Tesouro	SOF	Registra recursos correspondentes ao valor principal das receitas auferidas por detentores de títulos do Tesouro resgatados.	
2.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Deve ser empregada apenas no caso de impossibilidade de utilização dos demais títulos.	
2.9.9.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	STN/SOF	Agrega as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Deve ser empregada apenas no caso de impossibilidade de utilização dos demais títulos.	
2.9.9.9.50.0.0	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	STN	Registra os recursos recebidos pela alienação de certificados de potencial adicional de construção. Os recursos serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada, nos termos do § 1º do artigo 33 da Lei 10.257/2001.	
2.9.9.9.99.0.0	Outras Receitas de Capital	SOF	Registra as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Deve ser empregada apenas no caso de impossibilidade de utilização dos demais títulos.	
9.9.9.0.00.0.0	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	STN/SOF	Natureza de receita para inclusão no Projeto de Lei e na Lei Orçamentária Anual, para fins de equilíbrio formal do orçamento, de recursos arrecadados em exercícios anteriores e registrados em superávit financeiro. Poderá ser detalhada conforme a necessidade do ente da Federação.	

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA
ORÇAMENTO 2022

TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

(Lei nº 4.320, de 17/03/1964 - art. 22, inciso III, alíneas "a", "b" e "c")

1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	144.363.535	157.566.545	176.985.576	187.190.000	199.020.000
1.1.0.0.00.00	Receita Tributária	13.531.007	14.468.251	15.126.591	19.088.100	15.433.000
1.2.0.0.00.00	Receita de Contribuições	5.246.771	5.685.701	5.528.355	6.300.000	6.789.000
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	265.878	246.555	81.290	224.000	796.000
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	870	1.415	1.423.081	2.000	4.000
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	124.070.680	136.568.581	154.033.724	159.957.640	175.111.000
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.248.329	596.043	792.536	1.618.260	887.000
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.820.428	661.225	4.353.193	11.810.000	6.000.000
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito	-	-	-	165.000	-
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	150.000	-
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital	4.820.428	661.225	4.353.193	11.495.000	6.000.000
TOTAL GERAL		149.183.963	158.227.770	181.338.769	199.000.000	205.020.000





MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA
ORÇAMENTO 2022

TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

(Lei nº 4.320, de 17/03/1964 - art. 22, inciso III, alíneas "d", "e" e "f")

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	142.305.579	150.647.124	163.105.151	174.268.000	174.921.000
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	87.182.988	94.407.248	105.902.736	108.291.000	101.918.000
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	785.735	833.927	570.350	1.003.000	1.300.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	54.336.856	55.405.949	56.632.065	64.974.000	71.703.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.586.521	8.080.555	9.394.376	22.832.000	27.799.000
4.4.00.00	Investimentos	6.107.966	6.684.962	7.976.849	21.122.000	25.749.000
4.6.00.00	Amortização da Dívida	1.478.555	1.395.594	1.417.527	1.710.000	2.050.000
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	1.900.000	2.300.000
TOTAL GERAL		149.892.100	158.727.679	172.499.527	199.000.000	205.020.000



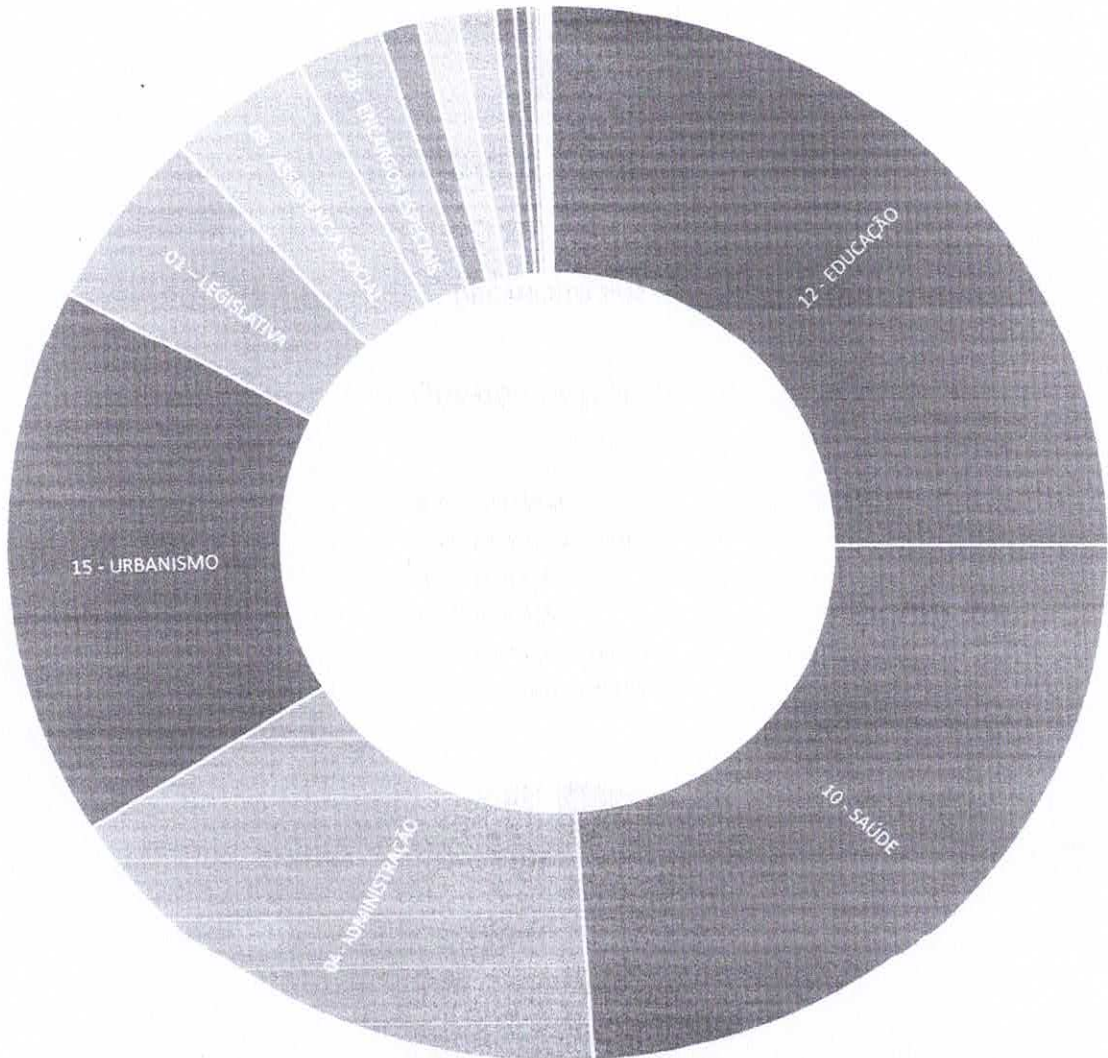
PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
UNIDOS POR UM BOM FUTURE

MUNICIPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO 2022

Distribuição das Despesas por Função de Governo

- 01 - LEGISLATIVA
- 02 - JUDICIARIA
- 04 - ADMINISTRAÇÃO
- 06 - SEGURANÇA PÚBLICA
- 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 10 - SAÚDE
- 12 - EDUCAÇÃO
- 13 - CULTURA
- 15 - URBANISMO
- 16 - HABITAÇÃO
- 18 - GESTÃO AMBIENTAL
- 20 - AGRICULTURA
- 27 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
- 27 - DESPORTO E LAZER
- 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
- 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA





PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
Unidos por um futuro melhor.

MUNICIPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO 2022

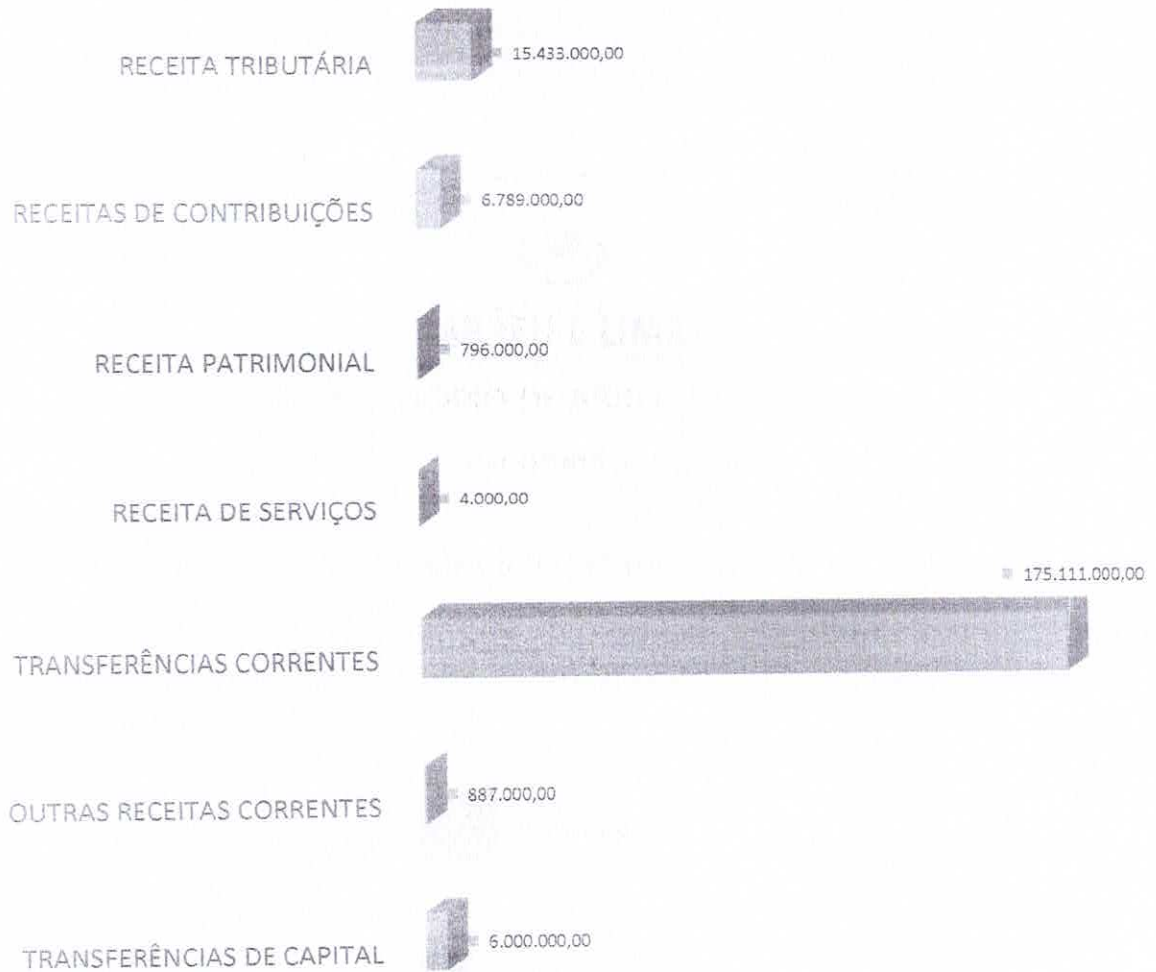
Composição da Receita Municipal



MUNICIPIO DE ABREU E LIMA

ORÇAMENTO 2022

Representação Gráfica das Receitas por Origem





PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
Unidos por um futuro melhor.

MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA
ORÇAMENTO 2022

DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA

3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.918.000,00	49,71%
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.300.000,00	0,63%
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.703.000,00	34,97%
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.749.000,00	12,56%
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.050.000,00	1,00%
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.300.000,00	1,12%
	TOTAL	205.020.000,00	100,00%

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

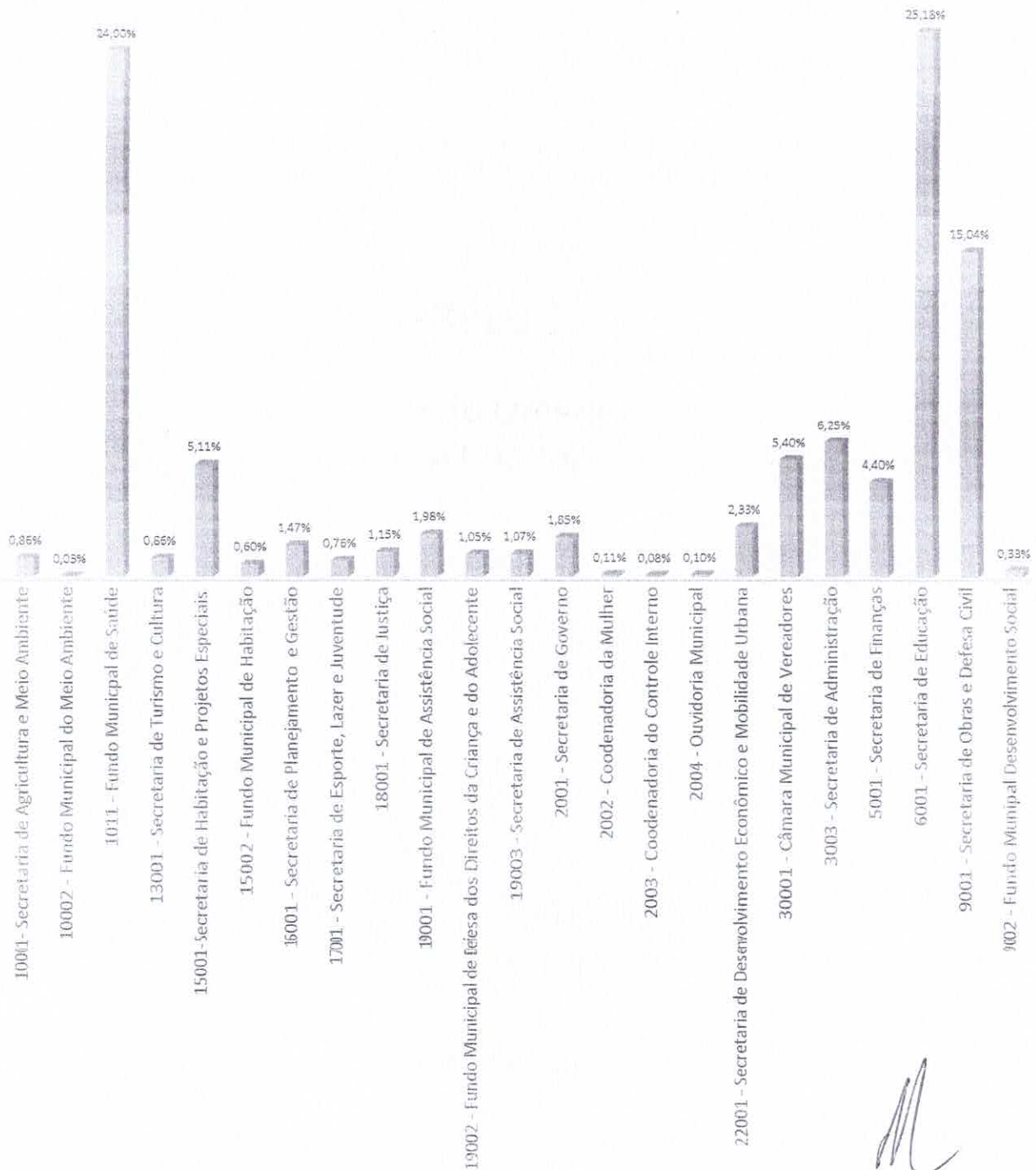
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

INVESTIMENTOS

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Distribuição do Orçamento 2022 por Órgãos e Fundos Especiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA
Estado de Pernambuco

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
(ART. 212 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988)

RECEITA PREVISTA RESULTANTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	Valor em R\$	%
IMPOSTOS MUNICIPAIS	13.708.000,00	9,41
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	66.533.000,00	45,67
FPM	61.700.000,00	42,35
FPM - 1% Julho	2.414.000,00	1,66
FPM - 1% Dezembro	2.414.000,00	1,66
ITR	5.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	65.435.000,00	44,92
ICMS	57.028.000,00	39,15
IPVA	8.191.000,00	5,62
IPI	216.000,00	0,15
TOTAL DAS RECEITAS	145.676.000,00	100,00
TRANSFERÊNCIA BRUTA DO FUNDEB	30.730.000,00	
(-) DEDUÇÃO P/ FORM. DO FUNDEB	(25.428.000,00)	
TRANSF. LÍQUIDA DO FUNDEB	5.302.000,00	
OUTRAS REC. VINC. EDUCAÇÃO, EXCETO PNAE, PNAC E PNAP	2.483.000,00	
DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor em R\$	%
12.306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	5.660.000,00	10,97
12.361 ENSINO FUNDAMENTAL	43.228.000,00	83,75
12.362 ENSINO MÉDIO	15.000,00	0,03
12.365 EDUCAÇÃO INFANTIL	2.715.000,00	5,26
	-	
DESPESA TOTAL COM EDUCAÇÃO	51.618.000,00	100,00
SUBTOTAL	51.618.000,00	35,43%
(-) TRANSF. LÍQUIDA DO FUNDEB	5.302.000,00	
(-) OUTRAS REC. VINC. EDUCAÇÃO, EXCETO PNAE, PNAC E PNAP	2.483.000,00	
(-) DEDUÇÕES DAS DESP. P/FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	5.675.000,00	
DESPESA PRÓPRIA APLICADA COM EDUCAÇÃO	38.158.000,00	26,19%





PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
Unidos por um futuro melhor.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA
Estado de Pernambuco

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
(§ 2º do Art. 198 da Constituição Federal e Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

RECEITA PREVISTA RESULTANTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	Valor em R\$	%
IMPOSTOS MUNICIPAIS	13.708.000,00	9,73
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	61.705.000,00	43,81
FPM	61.700.000,00	43,81
ITR	5.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	65.435.000,00	46,46
ICMS	57.028.000,00	40,49
IPVA	8.191.000,00	5,82
IPI	216.000,00	0,15
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	140.848.000,00	100,00

DESPESA DESTINADA ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE COM FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS	Valor em R\$	%
10.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.800.000,00	21,02
10.301 ATENÇÃO BÁSICA	7.200.000,00	31,54
10.302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.030.000,00	30,79
10.303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	900.000,00	3,94
10.304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.300.000,00	5,69
10.305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.600.000,00	7,01
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	22.830.000,00	100,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS APLICADOS EM SAÚDE **16,21%**



PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
Unidos por um futuro melhor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA
Estado de Pernambuco

**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À
CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA NESTE ORÇAMENTO	Valor em R\$	%
RECEITAS CORRENTES	199.020.000,00	97,07%
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	2,93%
TOTAL DAS RECEITAS	205.020.000,00	100,00%

DESPESA DESTINADA PARA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Valor em R\$	%
08. 243. ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.151.000,00	1,05%
TOTAL APLICADO	2.151.000,00	1,05%



PREFEITURA DE
ABREU E LIMA
União por um futuro melhor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA
Estado de Pernambuco

**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À
RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

RECEITA CORRENTE PREVISTA NESTE ORÇAMENTO	Valor em R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	199.020.000,00	100,00%
TOTAL	199.020.000,00	100,00%

DESPESA DESTINADA A RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Valor em R\$	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.300.000,00	1,16%
TOTAL	2.300.000,00	1,16%

Município de Abreu e Lima

Avenida Duque de Caxias, 924 - Fوسفato - 53.580-020 - Abreu e Lima/ PE
CNPJ: 08.637.373/0001-80



Usuário: Contabilidade	Chave de Autenticação Digital 1659-5106-554	Página 1 / 1
------------------------	--	-----------------

Anexo 1 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2022

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita Tributária	15.433.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	101.918.000,00
Receita de Contribuições	6.789.000,00	Juros e Encargos da Dívida	1.300.000,00
Receita Patrimonial	796.000,00	Outras Despesas Correntes	71.703.000,00
Receita de Serviços	4.000,00		
Transferências Correntes	200.539.000,00		
Outras Receitas Correntes	887.000,00		
Total das Receitas Correntes	224.448.000,00	Total de Despesas Correntes	174.921.000,00
Dedução	-25.428.000,00		
	Déficit	Superávit	24.099.000,00
	Total	Total	199.020.000,00
Superávit do Orçamento	24.099.000,00	Déficit do Orçamento	
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Transferência de Capital	6.000.000,00	Investimentos	25.749.000,00
		Amortização da Dívida	2.050.000,00
Total das Receitas de Capital	6.000.000,00	Total de Despesas de Capital	27.799.000,00
	Déficit	Reserva de Contingência	2.300.000,00
	Total	Superávit	
	30.099.000,00	Total	30.099.000,00
Superávit do Orçamento		Déficit do Orçamento	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	
	Déficit		Superávit
	Total		Total
Superávit do Orçamento		Déficit do Orçamento	
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
	Déficit		Superávit
	Total		Total
Superávit do Orçamento		Déficit do Orçamento	
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
	Déficit		Superávit
	Total		Total
TOTAL GERAL	205.020.000,00	TOTAL GERAL	205.020.000,00

Resumo

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	199.020.000,00	Despesas Correntes	174.921.000,00
Receitas de Capital	6.000.000,00	Despesas de Capital	27.799.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Receitas Arrecadadas em Exercícios Anteriores		Reserva de Contingência	2.300.000,00
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
	Déficit		Superávit
TOTAL GERAL	205.020.000,00	TOTAL GERAL	205.020.000,00

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Abreu e Lima, Câmara Municipal de Vereadores de Abreu e Lima, Fundo Municipal de Saúde de Abreu e Lima, Fundo Municipal de Assistência Social de Abreu e Lima

Município de Abreu e Lima

Avenida Duque de Caxias, 924 - Fonefax-33.580-020 - Abreu e Lima/PE
CNPJ: 08.637.373/0001-80



Usuário: Contabilidade

Chave de Autenticação
1259-1958-112

Página
1 / 7

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022
Categoria Econômica
199.020.000,00

RECEITAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte
1	Recargas Correntes	13.708.000,00	15.433.000,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.721.000,00	
1.1.1	Impostos	1.996.000,00	
1.1.1.1	Impostos sobre Patrimônio	1.316.000,00	
1.1.1.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	21.000,00	
1.1.1.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	588.000,00	
1.1.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	71.000,00	
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	725.000,00	
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros da Dívida Ativa	699.000,00	
1.1.1.2.50.0.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros sobre Imóveis	5.000,00	
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	15.000,00	
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros da Dívida Ativa	6.000,00	
1.1.1.2.53	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	3.786.000,00	
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	3.786.000,00	
1.1.1.2.53.0.2	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	3.375.000,00	
1.1.1.2.53.0.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros da Dívida Ativa	411.000,00	
1.1.1.2.53.0.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros da Dívida Ativa	411.000,00	
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	7.201.000,00	
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	7.201.000,00	
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	7.201.000,00	
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	7.201.000,00	
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	7.201.000,00	
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	7.201.000,00	
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	6.716.000,00	
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	5.119.000,00	
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.597.000,00	
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	17.000,00	
1.1.1.4.51.1.1.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Simples Nacional	444.000,00	
1.1.1.4.51.1.1.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	24.000,00	
1.1.1.4.51.1.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.705.000,00	
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros da Dívida Ativa	1.055.000,00	
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros da Dívida Ativa	927.000,00	
1.1.2	Taxas	927.000,00	
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	927.000,00	
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	721.000,00	
1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	625.000,00	
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxa de Licença para Funcionamento - Principal	2.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxa de Apreensão e Depósito - Principal	6.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.04	Taxa de Licença para Execução de Obras - Principal	72.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.05	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público - Principal	2.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.06	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil - Principal	10.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.07	Taxa de Publicidade Comercial	40.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.09	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização Diversas - Principal	40.000,00	
1.1.2.1.01.1.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	40.000,00	
1.1.2.1.01.1.2.02	Taxa de Licença para Funcionamento - Multas e Juros	137.000,00	

Município de Abreu e Lima

Avenida Duque de Caxias, 924 - Fostab - 53.580-020 - Abreu e Lima/ PE
CNPJ: 08.637.373/0001-80

Usuário: Contabilidade

Chave de Autenticação
1259-1958-112

Página
2 / 7

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

1.1.2.1.01.1.3.02	Taxa de Licença para Funcionamento - Dívida Ativa	135.000,00
1.1.2.1.01.1.3.15	Alvará de Funcionamento de Veículos - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	29.000,00
1.1.2.1.01.1.4.02	Taxa de Licença para Funcionamento - Multas e Juros da Dívida Ativa	29.000,00
1.1.2.1.50	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	128.000,00
1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	650.000,00
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	650.000,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	650.000,00
1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	556.000,00
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	448.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01	Taxa de Limpeza Pública - Principal	108.000,00
1.1.2.2.01.1.1.99	Taxa pela Prestação de Serviços Diversas - Principal	7.000,00
1.1.2.2.01.1.2	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	7.000,00
1.1.2.2.01.1.2.01	Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	66.000,00
1.1.2.2.01.1.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	63.000,00
1.1.2.2.01.1.3.01	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	3.000,00
1.1.2.2.01.1.3.02	Taxa Coleta de Lixo - Dívida Ativa	21.000,00
1.1.2.2.01.1.4	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	18.000,00
1.1.2.2.01.1.4.01	Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros da Dívida Ativa	3.000,00
1.1.2.2.01.1.4.02	Taxa Coleta de Lixo - Multas e Juros da Dívida Ativa	20.000,00
1.1.3	Contribuição de Melhoria	20.000,00
1.1.3.1	Contribuição de Melhoria	20.000,00
1.1.3.1.99	Outras Contribuições de Melhoria	20.000,00
1.1.3.1.99.0.1	Outras Contribuições de Melhoria - Principal	20.000,00
1.2	Contribuições	6.789.000,00
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.789.000,00
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.789.000,00
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.789.000,00
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	
1.3	Receita Patrimonial	
1.3.2	Valores Mobiliários	796.000,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	796.000,00
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	796.000,00
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Principal	434.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	12.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação	9.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PNAE	12.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FNDE Outros	8.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.04	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Convênios Educação	110.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.05	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.06	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - CIDE	106.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.07	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Prefeitura Municipal	160.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo M. de Saúde	16.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.09	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo M. de Assistência Social	362.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados	

6.789.000,00

796.000,00



Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

RECEITAS

1.3.2.1.01.0.1.02.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Prefeitura Municipal	340.000,00
1.3.2.1.01.0.1.02.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Fundo M. de Saúde	20.000,00
1.3.2.1.01.0.1.02.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Fundo M. de Assistência Social	2.000,00
1.6	Receita de Serviços	4.000,00
1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.000,00
1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.000,00
1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.000,00
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.000,00
1.7	Transferências Correntes	175.111.000,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	94.381.000,00
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	54.230.000,00
1.7.1.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	54.188.000,00
1.7.1.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	49.360.000,00
1.7.1.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	49.360.000,00
1.7.1.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	61.700.000,00
1.7.1.1.1.51.1.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-12.340.000,00
1.7.1.1.1.51.1.1.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	2.414.000,00
1.7.1.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	2.414.000,00
1.7.1.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	2.414.000,00
1.7.1.1.1.51.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	2.414.000,00
1.7.1.1.1.51.3.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	4.000,00
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	4.000,00
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00
1.7.1.1.52.0.1.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.000,00
1.7.1.1.52.0.1.1.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	38.000,00
1.7.1.1.54	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	38.000,00
1.7.1.1.54.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	10.391.000,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	2.000,00
1.7.1.2.51	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	2.000,00
1.7.1.2.51.0.1	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	10.389.000,00
1.7.1.2.52	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	9.304.000,00
1.7.1.2.52.1	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	9.304.000,00
1.7.1.2.52.1.1	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	1.085.000,00
1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	1.085.000,00
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	23.870.000,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	23.870.000,00
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.350.000,00
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	12.350.000,00
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	1.800.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01	Agente Comunitário de Saúde	40.000,00
1.7.1.3.50.1.1.02	Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	50.000,00
1.7.1.3.50.1.1.03	Programa de Informatização da APS	6.200.000,00
1.7.1.3.50.1.1.04	Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada	1.150.000,00
1.7.1.3.50.1.1.05	Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	1.100.000,00
1.7.1.3.50.1.1.06	CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS	

**Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

Código	Descrição	Valor
1.7.1.3.50.1.1.07	Implementação de Políticas para a Rede Cegonha	10.000,00
1.7.1.3.50.1.1.08	Incentivo para Ações Estratégicas	400.000,00
1.7.1.3.50.1.1.09	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	1.600.000,00
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	9.540.000,00
1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	9.540.000,00
1.7.1.3.50.2.1.01	Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC	9.200.000,00
1.7.1.3.50.2.1.02	SAMU 192	340.000,00
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	1.310.000,00
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	1.310.000,00
1.7.1.3.50.3.1.01	Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios - Execução Ações Vigilância Sanitária	50.000,00
1.7.1.3.50.3.1.02	Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS e Hepatites Virais	80.000,00
1.7.1.3.50.3.1.03	Assistência Financeira Complementar aos Est., DF e Municípios para Agentes de Combate às Endemias	680.000,00
1.7.1.3.50.3.1.04	Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas Diversas	500.000,00
1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	640.000,00
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	640.000,00
1.7.1.3.50.4.1.01	Promoção de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	640.000,00
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	30.000,00
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	30.000,00
1.7.1.3.50.5.1.01	Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	30.000,00
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE?	1.680.000,00
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	928.000,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário Educação - Principal	928.000,00
1.7.1.4.51	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	4.000,00
1.7.1.4.51.0.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	4.000,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	651.000,00
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	651.000,00
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	25.000,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	25.000,00
1.7.1.4.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	72.000,00
1.7.1.4.99.0.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	72.000,00
1.7.1.4.99.0.1.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	72.000,00
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	2.800.000,00
1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	2.800.000,00
1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	870.000,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	870.000,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	870.000,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	166.000,00
1.7.1.6.50.0.1.01	Transferências de Recursos do FNAS - Proteção Social Básica	116.000,00
1.7.1.6.50.0.1.02	Transferências de Recursos do FNAS - PSE Média Complexidade	116.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03	Transferências de Recursos do FNAS - PSE Alta Complexidade	23.000,00



Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

RECEITAS

1.7.1.6.50.0.1.04	Transferências de Recursos do FNAS - Gestão Bolsa Família	515.000,00
1.7.1.6.50.0.1.99	Transferências de Recursos do FNAS - Outras	50.000,00
1.7.1.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	540.000,00
1.7.1.9.58	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	240.000,00
1.7.1.9.58.0.1	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	240.000,00
1.7.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	300.000,00
1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	300.000,00
1.7.1.9.99.0.1.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	300.000,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	52.910.000,00
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	52.348.000,00
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	45.622.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	45.622.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	57.028.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	-11.406.000,00
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	6.553.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	6.553.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	8.191.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	-1.638.000,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	173.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	173.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	216.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-43.000,00
1.7.2.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	540.000,00
1.7.2.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	540.000,00
1.7.2.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	340.000,00
1.7.2.3.50.0.1.19	Transferências de Recursos do Estado SUS - Enfrentamento Coronavírus COVID-19	200.000,00
1.7.2.3.50.0.1.99	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	22.000,00
1.7.2.9	Outras Transferências de Recursos dos Estados e Distrito Federal	22.000,00
1.7.2.9.52	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	22.000,00
1.7.2.9.52.0.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	22.000,00
1.7.2.9.52.0.1.01	Programa A Caminho da Escola	22.000,00
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	27.820.000,00
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	27.820.000,00
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	27.820.000,00
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	27.820.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	887.000,00
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	27.000,00
1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	27.000,00
1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	27.000,00
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	27.000,00
1.9.1.1.01.0.1.01	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	852.000,00
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	262.000,00
1.9.2.2	Restituições	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

RECEITAS

1.9.2.2.99	Outras Restituições	262.000,00
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	262.000,00
1.9.2.2.99.0.1.01	Outras Restituições - Prefeitura	252.000,00
1.9.2.2.99.0.1.02	Outras Restituições - Fundo M. de Saúde	10.000,00
1.9.2.3	Ressarcimentos	590.000,00
1.9.2.3.99	Outros Ressarcimentos	565.000,00
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	1.000,00
1.9.2.3.99.0.1.05	Ressarcimento de Suprimento Individual	564.000,00
1.9.2.3.99.0.1.06	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	25.000,00
1.9.2.3.99.0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	25.000,00
1.9.2.3.99.0.3.01	Ressarcimento ao Erário - Dívida Ativa	8.000,00
1.9.9	Demais Receitas Correntes	8.000,00
1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	8.000,00
1.9.9.9.99	Outras Receitas	8.000,00
1.9.9.9.99.0.1	Outras Receitas - Principal	8.000,00
1.9.9.9.99.0.1.01	Outras Receitas - Primárias	8.000,00
2	Receitas de Capital	
2.4	Transferências de Capital	
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	
2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	3.600.000,00
2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	1.200.000,00
2.4.1.1.51.2	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	1.200.000,00
2.4.1.1.51.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	1.200.000,00
2.4.1.1.51.2.1.01	Estruturação de Rede de Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	1.200.000,00
2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	2.400.000,00
2.4.1.4.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	2.400.000,00
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	2.400.000,00
2.4.2	Transferências de Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.400.000,00
2.4.2.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS dos Estados e DF	600.000,00
2.4.2.1.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS Estado - Principal	600.000,00
2.4.2.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS Estado - Principal	600.000,00
2.4.2.1.50.0.1.01	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	600.000,00
2.4.2.2	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - de Suas Entidades	1.800.000,00
2.4.2.2.51	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.400.000,00
2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	1.400.000,00
2.4.2.2.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	400.000,00
2.4.2.2.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	400.000,00
TOTAL GERAL		6.000.000,00

6.000.000,00

6.000.000,00

205.020.000,00

Resumo

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.433.000,00
Contribuições	6.789.000,00
Receita Patrimonial	796.000,00

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2022

RECEITAS

Receita de Serviços	4.000,00
Transferências Correntes	175.111.000,00
Outras Receitas Correntes	887.000,00
Total das Receitas Correntes	199.020.000,00
Transferências de Capital	6.000.000,00
Total das Receitas de Capital	6.000.000,00
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	
TOTAL GERAL	205.020.000,00

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Abreu e Lima, Câmara Municipal de Vereadores de Abreu e Lima, Fundo Municipal de Saúde de Abreu e Lima, Fundo Municipal de Assistência Social de Abreu e Lima

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

DESPEAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Abreu e Lima				
Unidade Orçamentária: 10001 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	1.200.000,00	1.200.000,00	1.720.000,00
3.1.90	Aplicações Diretas			
3.3	Outras Despesas Correntes	50.000,00	520.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	470.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas			
4	Despesas de Capital		45.000,00	45.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas			
		Total da Unidade Orçamentária:		1.765.000,00
Unidade Orçamentária: 10002 - Fundo Municipal do Meio Ambiente				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			
3.3	Outras Despesas Correntes		60.000,00	60.000,00
3.3.90	Aplicações Diretas	60.000,00		
4	Despesas de Capital		10.000,00	10.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
		Total da Unidade Orçamentária:		70.000,00
Unidade Orçamentária: 13001 - Secretaria de Turismo e Cultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.250.000,00	1.620.000,00
3.1.90	Aplicações Diretas	1.250.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		370.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	370.000,00		
4	Despesas de Capital		140.000,00	140.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	140.000,00		
		Total da Unidade Orçamentária:		1.760.000,00
Unidade Orçamentária: 15001 - Secretaria de Habitação e Projetos Especiais				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.300.000,00	1.550.000,00
3.1.90	Aplicações Diretas	1.300.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		250.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	250.000,00		
4	Despesas de Capital		8.921.000,00	8.921.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	8.921.000,00		
		Total da Unidade Orçamentária:		10.471.000,00

Município de Abreu e Lima

Avenida Duque de Caxias, 924 - Fofobá - 53.580-020 - Abreu e Lima/ PE
CNPJ: 08.637.373/0001-80



Usuário: Contabilidade

Chave de Autenticação
1499-5750-086

Página
2 / 7

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022

Unidade Orçamentária: 15002 - Fundo Municipal de Habitação				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			336.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes	336.000,00	336.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas			890.000,00
4	Despesas de Capital			
4.4	Investimentos	890.000,00	890.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas			
Total da Unidade Orçamentária:		890.000,00		1.226.000,00

Unidade Orçamentária: 16001 - Secretaria de Planejamento e Gestão				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.880.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	1.860.000,00	1.860.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas			
3.3	Outras Despesas Correntes	100.000,00	1.020.000,00	
3.3.71	Transferências Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	880.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	40.000,00		
3.3.93	Aplicação Dieta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe			
4	Despesas de Capital			125.000,00
4.4	Investimentos	125.000,00	125.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas			
Total da Unidade Orçamentária:		125.000,00		3.005.000,00

Unidade Orçamentária: 17001 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.380.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	900.000,00	900.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas			
3.3	Outras Despesas Correntes	20.000,00	480.000,00	
3.3.50	Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	460.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas			
4	Despesas de Capital			180.000,00
4.4	Investimentos	180.000,00	180.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas			
Total da Unidade Orçamentária:		180.000,00		1.560.000,00

Unidade Orçamentária: 18001 - Secretaria de Justiça				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.350.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	1.890.000,00	1.890.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas			
3.3	Outras Despesas Correntes	460.000,00	460.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas			
4	Despesas de Capital			5.000,00
4.4	Investimentos	5.000,00	5.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas			

M



Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2022
Total da Unidade Orçamentária: 2.355.000,00

DESPESAS

Unidade Orçamentária: 2001 - Secretaria de Governo		Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Código	Especificação			
3	Despesas Correntes		3.000.000,00	3.710.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais			
3.1.90	Aplicações Diretas	3.000.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		710.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	710.000,00		
4	Despesas de Capital		75.000,00	75.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	75.000,00		
Total da Unidade Orçamentária:		3.785.000,00		

Unidade Orçamentária: 2002 - Coordenadoria da Mulher		Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Código	Especificação			
3	Despesas Correntes		100.000,00	210.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais			
3.1.90	Aplicações Diretas	100.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		110.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	110.000,00		
4	Despesas de Capital		10.000,00	10.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
Total da Unidade Orçamentária:		220.000,00		

Unidade Orçamentária: 2003 - Coordenadoria de Controle Interno		Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Código	Especificação			
3	Despesas Correntes		150.000,00	160.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais			
3.1.90	Aplicações Diretas	150.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		10.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
4	Despesas de Capital		10.000,00	10.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
Total da Unidade Orçamentária:		170.000,00		

Unidade Orçamentária: 2004 - Ouvidoria Municipal		Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Código	Especificação			
3	Despesas Correntes		180.000,00	200.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais			
3.1.90	Aplicações Diretas	180.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		20.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	20.000,00		
4	Despesas de Capital		10.000,00	10.000,00
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
Total da Unidade Orçamentária:		210.000,00		